

Valdenice José Raimundo

**É PRECISO TER RAÇA: As formas de
organizações Informais no cotidiano das
Mulheres negras da favela Bola de Ouro –
Território de maioria negra.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

VALDENICE JOSÉ RAIMUNDO

É PRECISO TER RAÇA: As formas de organizações

Informais no cotidiano das *Mulheres negras* da favela Bola

de Ouro – Território de maioria negra

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dr^a Vitória Régia F. Gehlen e Co-orientação do Professor Dr^o Henrique Cunha Júnior.

RECIFE

2003

Valdenice José Raimundo

É PRECISO TER RAÇA: As formas de organizações
Informais no cotidiano das *Mulheres negras* da favela Bola de Ouro
– Território de maioria negra

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de
Pernambuco, pela comissão formada pelos professores:

Orientadora: Professora Dr^a Vitória Régia F. Gehlen.
Departamento de Serviço Social, UFPE.

Co-orientador: Professor Dr^o Henrique Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará

Examinadora externa: Professora Dr^a Miriam de Albuquerque Aquino
Universidade Federal da Paraíba

Examinadora interna: Professora Dr^a Ana Cristina de Souza Vieira
Departamento de Serviço Social, UFPE.

Recife, 28 de agosto de 2003.

DEDICO ESTE TRABALHO:

Ao meu pai e minha mãe, pessoas fundamentais na e para a minha existência.

Aos meus sobrinhos, sobrinhas, afilhadas, a todas as crianças, pois simbolizam a ternura e a esperança trazida ao mundo através dos seus sorrisos, brincadeiras...

A todas as mulheres e homens que se esforçam para superar toda e qualquer construção social que exista para sustentar estruturas de dominação, seja ela racial, de gênero, de orientação sexual etc.

AGRADECIMENTOS

A caminhada foi longa! Muitas pessoas encontrei ao longo da estrada. Algumas seguiram comigo pequenos trechos; outras demoraram mais tempo ao meu lado. Algumas deixaram pequenas marcas, outras, marcas mais intensas. A todos que com seu amor, paciência, entusiasmo me marcaram profundamente, meu muito obrigada.

Agradeço a Deus que me abençoou, mesmo diante, de uma grande parcela da sociedade que negam a minha negritude.

Aos que fazem o espaço acadêmico, eu sou grata:

Ao CNPq que através dos impostos pagos pelo povo brasileiro contribuiu financeiramente com esse trabalho.

A minha orientadora Vitória Gehlen que com amizade, competência e dedicação participou de tudo que envolveu este trabalho.

Ao professor Henrique Cunha que não hesitou em partilhar seus conhecimentos.

A professora Hersília Cadengue pela voluntariedade com que se dispôs durante o processo.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas públicas (GAPP) pela disponibilidade com sua biblioteca, onde o acesso a livros foi essencial. Como também aos seus componentes que de maneira solidária acompanhou todo este processo.

A Ana Glória com quem dividir diversos momentos.

A turma 2001 que com sorrisos, ligações telefônicas, críticas, sugestões foram me animando a chegar até o fim.

Aos que bem de perto me acompanharam, fora do espaço acadêmico, agradeço:

Ao Rev. Jardson Gregório, Mara, Gerlane, Sulamita, Edilene, Elizabete, Selma, Antônio, Ademir, Joselito, Renata, Kete, Robson, a Missão Anglicana de Pentecostes que tantas vezes com múltiplos gestos fortaleceram minha auto-estima.

A irmã Rosa e Jucene que como mães me alimentaram, acalmaram, acarinharam, ouviram.

A Tereza Cristina uma das minhas fontes de inspiração que como mulher negra e militante do Movimento Negro pôde com poucas palavras testemunhar que era possível chegar até o final.

A todas as mulheres negras que acreditaram no potencial da pesquisa e se colocaram a disposição para sua concretização.

A minha família que foi uma das minhas grandes fontes de inspiração e ânimo para que me desafiasse a desvendar a floresta do conhecimento acadêmico.

RESUMO

A presente investigação analisa as mudanças sociais ocorridas através da organização informal no cotidiano das mulheres negras da favela Bola de Ouro, percebendo a favela enquanto um território de maioria negra. A favela Bola de Ouro situa-se no Curado IV - Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco.

O estudo foi realizado com mulheres que se identificaram como negras, uma vez que, na sociedade brasileira o mito da democracia racial compromete a identidade e a unidade da população negra. A pesquisa traçou uma relação entre o passado histórico do negro em geral, e em particular, das mulheres negras com a atualidade. Para isto se utilizou o levantamento bibliográfico. Os dados empíricos foram obtidos por meio da observação participante e da entrevista semi-estruturada, e analisados através do método qualitativo. O estudo considerou ainda as questões de gênero, raça e classe.

A pesquisa evidencia que ocorreram mudanças no cotidiano das mulheres negras a partir de suas organizações informais que se manifestam como alternativa de resistência às situações advindas da pobreza e das desigualdades presentes na condição de mulher e negra na sociedade brasileira.

Procura-se contribuir para o Serviço Social e a sociedade de maneira geral, dando visibilidade à experiência de mulheres negras faveladas que até mesmo diante da falta de acesso a direitos elementares, criam e recriam o seu lugar e a sua história com imaginação, solidariedade, desejos e sonhos para a vida de sua família.

Da resistência ao comodismo-resistente, entre a força e a fraqueza, essas mulheres negras, influenciadas pelo discurso de igualdade de direitos presentes nos movimentos feminista e negro, e a partir da organização informal, vão elaborando na sua vivência cotidiana uma releitura da sua realidade social, buscando meios para transformá-la.

ABSTRACT

The present investigation analyzes the social changes that have taken place through the informal organization in the daily activities of the black women living in the “Bola de Ouro” slum, observing the slum while a territory where the black are majority. The “Bola de Ouro” slum is located in Curado IV – Jaboatão dos Guararapes, PE, Brazil.

The study has been carried out with the women that have identified themselves as black, since, in the Brazilian society the racial democracy myth endangers the identity and the unity of the black population. The research has outlined a relationship between the historical past of the black in general, and in private, of the black women with the present time, and for this it has made use of a bibliographic survey. The empirical data have been obtained through participating observation and semi-structured interview and analyzed through qualitative methodology. The study has also taken into account the questions on gender, race and class.

The research evidences that changes have occurred in the daily activities of the black women considering their informal organizations that reveal themselves as an alternative to stand the situations resulting from poverty and from the inequalities present in the condition of being women and black in the Brazilian society.

The study tries to provide a contribution to the social service and to the society in a general manner, providing visibility to the experience of black women living in slums that even before their non-accessibility to elementary rights, create and recreate their place and their history with creativity, solidarity, wishes and dreams to the life of their family.

From resistance to resisting-selfishness, between strength and weakness, these black women continue to improve in their everyday life, influenced by the rights equality discourse present in the feminist and black movements, and from the informal organization, a rereading of their social reality, seeking means to transform it.

RESUMEN

La presente investigación analiza los cambios sociales acaecidos en virtud de la organización informal en lo cotidiano de las mujeres negras de la *favela* (chabola) *Bola de Ouro*, aprehendiendo la *favela* como un territorio de mayoría negra. La *favela Bola de Ouro*, objeto de observación, se sitúa en el barrio Curado IV en Jaboatao dos Guararapes, Pernambuco.

El estudio se realizó con mujeres que se identificaron como negras, ya que en la sociedad brasileña, el mito de la democracia racial dificulta la toma conciencia de identidad y favorece la falta de unidad de la población negra. La pesquisa perfiló una relación entre el pasado histórico del negro en general, y en particular de la mujeres negras, con la actualidad. Para ello se utilizó un sondeo bibliográfico. Los datos empíricos se obtuvieron a través de la observación activa y de la entrevista semi-estructurada, todo ello analizado a la luz del método cualitativo. Se consideraron además las cuestiones de género, raza y clase.

La pesquisa evidencia que se produjeron cambios en lo cotidiano de las mujeres negras a partir de sus organizaciones informales, que se manifiestan como alternativa de resistencia a las situaciones provenientes de la pobreza y de las desigualdades devenidas de la condición de ser mujer y ser negra en la sociedad brasileña.

Se procura contribuir para con el Trabajo Social y con la sociedad de modo general, evidenciando la experiencia de mujeres negras de *favela*, que incluso ante la falta de acceso a derechos elementales crean y recrean su lugar en la historia con imaginación, solidaridad, deseos y sueños para con la vida de su familia.

De la resistencia a lo acomodaticio-resistente, entre la fuerza y la debilidad, estas mujeres negras, influidas por el discurso de igualdad de derechos presente en los movimientos feminista y negro, y a partir de una organización informal, van elaborando en su vivencia del día a día una relectura de su realidad social buscando medios para transformar ésta.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
RESUMEN	IX
APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	14
CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA METODOLÓGICA	19
1. CAPÍTULO: Resgatando a memória histórica para se afirmar no presente.	28
1.1. A mulher negra e a escravização	30
1.2. As formas de organização da mulher negra no período escravista	34
1.3. Libertação significa continuar lutando	41
2. CAPÍTULO: Ser mulher negra no Brasil	44
2.1. A inserção da mulher negra nos movimentos sociais: feminista e negro	45
2.2. Analisando a interseção entre gênero e raça	54
2.3. Como se configura a realidade da mulher negra na atualidade	68
3. CAPÍTULO: Gritando eco-lá ressoou aqui	71
3.1. Desmistificando a favela	73
3.1.1 Favela - território de maioria negra: as solidariedades elementares.	80
3.2. Espaço de organização e luta	85
A GUIA DE CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	96

Ser negro

“(…) Ser negro na América do Norte é sentir-se confinado nos guetos e nas reservas. Ser mais um na multidão dos espancados, dos

golpeados, dos atemorizados e dos vencidos. Ser negro na América do Norte significa ter que lutar a força por uma sobrevivência física em meio a mais difícil agonia psicológica. Significa ver os filhos crescerem com a nuvem mental da inferioridade escurecendo o céu dos seus espíritos. Significa que te condenem por coxo depois de terem amputado tuas pernas. Significa que te condenem por órfão depois de terem esmagado teu pai e tua mãe com a exploração de cada dia. Significa sentir-se totalmente atacado pelo veneno da amargura, pois não és ninguém e este sentimento será teu tormento durante o dia e tua vergonha no silêncio da noite. Ser negro na América do Norte significa a dor de sentir como o mal e a angustia matam todas as esperanças antes de nascerem”. **Rev. Martin Luther King Jr.** (Los grandes Hechos de nuestra época, La foca, 1982:34)

APRESENTAÇÃO

Este estudo se constitui em dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. A sua composição se tornou possível com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e das mulheres negras moradoras da favela Bola de Ouro.

Procura investigar as formas de organizações informais no cotidiano das mulheres negras da Favela Bola de Ouro - território de maioria negra e as mudanças sociais delas decorrentes. A análise foi realizada considerando a historicidade do povo negro e especificamente, da mulher negra, as relações de gênero, raça e classe, enquanto categorias que se imbricam.

Várias foram as motivações e razões para a realização deste estudo, mas, destaca-se como principal, a quase ausência de trabalhos no Serviço Social que enfoquem a perspectiva da mulher negra. **“Na produção intelectual do e no Serviço Social os estudos acerca dos antagonismos étnico - raciais existentes na sociedade ainda são extremamente restritos” (Scott apud Silva: 1995).**

Os resultados deste estudo contribuirão para fomentar no seio do Serviço Social uma reflexão acerca da contradição presente no interior da profissão e nos cursos de formação que, em pleno século XXI, ainda lançam no mercado de trabalho profissionais negros e brancos, homens e mulheres que não discutem e refletem sobre a diversidade racial dos usuários dos seus serviços. Ou ainda, que não conseguem perceber a heterogeneidade dos próprios profissionais.

O Serviço Social, avançando nesse debate, poderá contribuir com a desconstrução da ideologia racista que plaina na sociedade brasileira e incluirá

na sua prática uma postura anti-discriminatória e anti-racista. Esta é uma demanda posta para a profissão . É preciso que os Assistentes Sociais tenham claro que a luta por direito à igualdade não aniquila as diferenças étnico-raciais.

O trabalho contém três partes: A primeira aborda o resgate da memória histórica do povo negro e especificamente, da mulher negra, enquanto meio para uma melhor compreensão do presente discutindo a escravização da mulher negra, as formas de organização no período escravista e os movimentos de luta no pós-abolição.

A segunda parte deter-se-á na análise da inserção da mulher negra nos movimentos sociais feministas e negros, abrangendo a análise da interseção entre gênero, classe e raça configurando desta forma, o quadro da realidade atual da mulher negra.

A terceira parte tratará do espaço da favela identificando-o como um território de maioria negra, espaço onde a organização informal caracterizada pela solidariedade, espontaneidade e criatividade se concretiza e se expressa no cotidiano através da ajuda mútua. Espaço ainda, identificado como o lugar onde cada um constrói sua história e não visto de forma pejorativa. E por fim, retrata a mulher negra inserida neste espaço como uma mulher que luta e sonha.

INTRODUÇÃO

A mulher negra tem sido ao longo da história, uma das maiores vítimas da profunda desigualdade racial na sociedade brasileira. Este quadro pode ser representado pelas baixíssimas condições sócio-econômicas, como também, através das diversas formas de manifestações do racismo e das contradições de classe e de gênero (Bento, 2002).

Os negros formam 44%¹ de toda população brasileira, sendo 23% mulheres. As condições em que vive a maioria são de pobreza. Em pesquisa realizada pela organização das mulheres negras – Crioula, no ano 2000, foi verificados que, na Educação: **36,3% dos negros são analfabetos contra 18% da população branca; 9,18% de brancos possuíam dez anos ou mais de estudos, inclusive com cursos superiores, contra 2,15% dos negros; 54,3% das mulheres negras têm menos de três anos de estudos. Nos itens acesso à universidade, 18% para os negros contra 43% dos brancos; emprego, no total das regiões brasileiras, 50% dos desempregados são negros; rendimentos, o diferencial entre um homem branco e uma mulher negra atinge a média de 295%. Em atividades como: lavadeiras, passadeiras, empregada doméstica, faxineira, o percentual para negras é o dobro em relação às brancas (16% contra 7,6%), profissões estas exercidas em condições de precariedade e exploração. No último censo verificou-se que as mulheres negras têm uma expectativa de vida menor que a mulher branca, uma diferença de 6 anos (IBGE, censo 2000).**

¹ O Brasil tem a maior população negra fora da África e a segunda maior população do planeta. A Nigéria com uma população estimada de 85 milhões, é o único país do mundo com uma população negra maior que a brasileira (Pereira , 2003), Carneiro (2001), acrescenta que mediante os critérios de classificação oficial os negros são quase 50% da população. Contudo, segundo os padrões de classificação internacional estaria muito acima de 50%. Para Sobral (1999), a população negra é composta por 75% da população. A forma como os dados são organizados coloca uma questão sobre a inexatidão numérica dos afrodescendentes brasileiros (as).

A vida difícil das mulheres negras e sua resistência têm sido, ao longo da história, reveladora da sua capacidade de luta e organização. A grande maioria nunca aceitou passivamente a condição imposta pelo sistema econômico, social e racial que determinou e definiu as diversas formas de opressão que lhes foram impostas e que as discriminavam e subjugavam (Raimundo, 2002).

A luta das mulheres negras é uma luta diária, pois na sua grande maioria são elas que mantêm a casa e os filhos (as). As mulheres pobres do terceiro mundo têm dentre suas diversas tarefas a de garantir a reprodução familiar (Moser, 1995). Essa situação expressa a importância da mulher negra na manutenção da vida social, como também demonstra que a pobreza que a cerca se coloca como obstáculo ao acesso dos bens e serviços necessários a sua sobrevivência.

Os negros são majoritariamente pobres na sociedade brasileira e povoam as favelas que formam verdadeiros centros periféricos, espaço visto como gerador de violência, muitas vezes ocasionado pelo desemprego e a fome. (Silva, 1995). Neste trabalho a favela será entendida como um território de maioria negra, como construção da base material sobre a qual é produzida a história (Lima, Cunha, 2001; Santos, 2002).

É neste espaço que cotidianamente a mulher negra garante sua sobrevivência, se relaciona com as múltiplas formas de manifestações do racismo, com as desigualdades de gênero e desenvolve diversas formas informais de organização geradoras de mudanças sociais. A experiência cotidiana da mulher pobre exige que ela negocie, reivindique, faça alianças, ou seja, estabeleça diálogo com diferentes interlocutores. Dito de outra forma, se organize criativamente diante da dinâmica da sua realidade (Rezende, 1994)

Andrade (1997) concebe a vida cotidiana como sendo a vida de todos os dias de todas as pessoas, de todos os segmentos sociais, variando conforme o

grupo e a classe social. São ações rotineiras que trazem insatisfação, opressão, mas também segurança.

Gebara (2000), considera que no cotidiano se instala a luta pela vida, por trabalho, alimentação, água, troca de gestos de amor e sentido imediato para a existência.

A vida cotidiana é uma das principais formas de manifestação da história, sendo circunscrita pelos diferentes momentos sócio-econômicos e políticos por seus limites e condicionamentos. Por sua vez, está sempre presente a possibilidade de superação desses limites, através da busca da transformação do próprio cotidiano. (Lima, 1983: 41)

É na vida cotidiana que o homem se depara com alternativas e escolhas, onde se forma a consciência do “eu” e do “nós”. O cotidiano tem como forte característica a rotina que impõe às pessoas a necessidade imediata de uma reação. A vida cotidiana pode ser considerada como um espaço dialético onde convivem submissão e rebeldia, repetição e criatividade. (Heller, 1972)

É no espaço da vida cotidiana que as formas de organização informais, enquanto processos que se estabelecem para manter a existência e a sobrevivência, se desenvolvem originando mudanças sociais. A organização informal emerge espontaneamente entre as pessoas a partir de relações de amizade ou inimizade com duração e intensidade variável, possui alto nível de colaboração entre membros do grupo e pode se desenvolver como oposição ou complemento à organização formal. O que dá origem a uma organização informal são os interesses comuns que se desenvolvem entre as pessoas que passam a se sintonizar mais intimamente. (Chiavenatto, 1972).

Diante disto, pode-se considerar que o cotidiano da favela com sua dinâmica informal, não está desarticulado das grandes estruturas econômicas e políticas da sociedade. As experiências vivenciadas no cotidiano das mulheres negras na favela estão diretamente relacionadas aos acontecimentos globais,

ou seja, não é possível conhecer a sociedade sem conhecer o cotidiano e o cotidiano sem o conhecimento crítico da sociedade.

Gênero será definido enquanto uma construção social e historicamente determinada em contexto específico que coloca a mulher em um papel subordinado, diferindo-o de sexo (Leon *apud* Gehlen, 1995) Raça é adotado como um conceito relacional que se constitui historicamente e culturalmente, a partir de relações concretas entre grupos raciais em uma dada sociedade (Gomes, 1995). E classe como um sistema de estratificação na qual há alocação desigual de recursos e oportunidades para o desenvolvimento social apoiado por mitos culturais que naturalizam a desigualdade (Willians, 2000).

A luta dos movimentos sociais (feministas e negros), tocam de uma forma ou de outra a cultura do povo, introduzindo mudanças no comportamento e valores socialmente aceitos. O discurso acerca dos direitos das mulheres, presente na favela, está impregnado das idéias e ideais feministas, e as “migalhas” do feminismo organizado misturaram-se à comida das mulheres pobres e lhes dão um sabor diferente (Gebara, 2000). A influência do discurso feminista pode ser estendida ao movimento negro ampliando, desta forma, o horizonte da sua reflexão.

Essa mudança no comportamento e valores das mulheres negras não tem a mesma força e alcance daquela mudança que ocorre nas mulheres que participam nos movimentos organizados, mas está delineando uma nova compreensão da realidade.

Desta forma, as organizações informais das mulheres negras na favela estão pigmentadas do conteúdo desses discursos, apontando o nascedouro de um processo de reflexão que Erickson (1996), sugere como sendo uma necessidade dos movimentos sociais organizados e institucionalizados parar para ouvir o que está acontecendo na favela.

O silêncio dos moradores da favela compõe um discurso social, pois têm incluso na sua expressão, razões das experiências históricas vividas. Para autora acima citada, o silêncio que se expressa tem fala. Os oprimidos têm vozes que transmitem estratégias de sobrevivência. E que para escutá-los é preciso ir a favela (in loco), pois é nesse espaço de construção da história, e só nele, que se pode aprender como elas se organizam para resistir ou como cedem às ações fragmentadas e destrutivas da sociedade.

O processo de reflexão que nasce e se manifesta através de organizações informais será aqui entendido como uma compreensão crítica da realidade cotidiana opressora em que vivem. A compreensão crítica e o diálogo crítico supõem a ação. É a reflexão das condições concretas que conduz a reagir (Freire 2002). A realidade social objetiva não existe por acaso, não se transforma por acaso. A transformação demanda um processo de organização, originando-se um processo social, dinâmico e contraditório. (Ibid)

O processo de reflexão anuncia a conscientização² que não se opera no vazio supõe sempre um contexto de referência.

“um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que homens e mulheres³ assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece”. (Freire, 2001:26).

Criar e recriar a existência cotidiana onde a pobreza, a discriminação de gênero, classe e raça é disseminada com força, onde suas falas são confundidas com o silêncio, mesmo que influencie e seja influenciando pelas idéias dos movimentos sociais, indica que há na favela um lugar da reflexão sobre esta realidade insinuando que processos organizativos acontecem informalmente. A realidade na sua dinamicidade apresentará à sociedade os frutos de tais reflexões.

² Conscientização entendida como apresentada por Paulo Freire, enquanto um processo pedagógico que sugere que seja antecedida por um aprendizado contínuo.

³ Grifo nosso.

CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA METODOLÓGICA

Pode ser considerado como tarefa cotidiana dos seres vivos questionar a mudança, as transformações das pessoas, dos espaços e das idéias, para provar que se está vivo e que se tem uma razão para continuar se mexendo. Sabe-se que a mudança e o funcionamento estão interligados, um não é nada sem o outro. Mas hoje, no Brasil, onde parece congelar o vento da História das pessoas negras, neste estudo foi escolhido o vento quente do movimento, para pesquisar as mudanças que podem ocorrer a partir das organizações informais no cotidiano.

E esta mudança? Temos controle sobre ela ou somos levados por ela a um porto seguro ou por um mau tempo? A mudança que se constata, é uma necessidade ou um acaso? Pode-se compreendê-la, influenciá-la?

Estas revoluções minúsculas, estes pequenos momentos ou estes grandes dias que mudaram o mundo, estas mudanças são remarcáveis ou imperceptíveis, e podem ser constatadas com freqüência, desta forma, deseja-se saber se foram frutos de uma decisão, da vontade humana, ou somente uma leve coincidência que faz pender a balança dos destinos.

Se chegar a pensar a mudança como vontade dos homens, perguntando como isto se transformou, é recusar seu caráter fortuito. Constatando que aquilo realmente mudou, nós teremos escolhido acreditar que os atores sociais têm realmente a possibilidade de transformar a sociedade. Se terá assim optado por uma sociologia da ação e de uma concepção dinâmica da cultura. A sociedade muda e são os homens que fazem o mundo mudar.

Existe dois modos de ver as coisas, aquele das pessoas que vêem as coisas mudarem do lugar onde estão sentados, e aquele das pessoas que fazem as coisas mudarem. Isto é uma questão de acreditar, sobretudo quando tudo vai mal. Por isso, nosso estudo, sobre o cotidiano das organizações informais das mulheres negras em uma favela da periferia de Jabotão, procura

acreditar na vontade e na oportunidade dos atores, observa os meios e a maneira pela qual alguns sabem aproveitar sua chance, e, dia após dia, contar os pontos ganhos.

Mas quer seja um pesquisador ou um treinador, deve-se sempre perguntar qual intervenção ainda possível, libertar ao menos uma mão da mulher negra para que ela possa escrever e testemunhar sua tentativa e que ela saiba que tentou mudar a ordem do mundo. A observação, indispensável, não basta: é preciso, pesquisar, procurar, não somente no espaço construído o traço daquilo que mudou, mas propor um espaço onde novos traços possam encontrar sua inscrição, e favorecer a tarefa daqueles que poderão querer se inscrever.

No entanto, se os traços da mudança, as transformações, são visíveis no espaço, torna-se mais difícil de recuperar as modificações no social, sabendo-se que os aspectos psicossociológicos, as modificações das necessidades, interesses, aspirações não existem sem a influência das transformações reais. A análise deve considerar esta ligação, entre o espaço físico e o espaço social ou psicossocial da cidade, da favela, do território (Gehlen et ali, 2003).

Existem numerosas teorias de mudança, mas três opções principais subsistem. Pode-se constatar a mudança; preparar a mudança; fazer a análise – em termo de dinâmica cultural, notadamente.

Para se fazer uma pequena introdução da história social da mudança vamos nos reportar à visão clássica de Guy Rocher, que sugeriu certas leis que nos permitem uma primeira abordagem de mudança social.

Segundo o autor, a sociedade está constantemente engajada em um movimento histórico, em uma transformação dela mesma, de seus membros, de seu meio, de outras sociedades com as quais ela se relaciona. Ela suscita ou acolhe, sem cessar, forças externas ou internas, que modificam sua natureza,

sua orientação, seu destino. Quer seja de maneira brusca, lenta ou imperceptível, toda sociedade conhece cada dia mudanças, que estão mais ou menos em harmonia com seu passado, seguindo um desenho ou projeto mais ou menos explícito.

“ A sociedade não é somente a ação social de uma pluralidade de pessoas; ela não se reduz tão pouco a uma forma ou outra de organização social. Ela é também movimento e mudança de uma coletividade através do tempo “ (Rocher, 1992: 379).

Segundo o autor, mudança social é antes de tudo, um fenômeno coletivo. Uma mudança social deve ser uma mudança de estrutura, quer dizer, deve-se poder observar uma modificação da organização social em sua totalidade ou em alguns dos seus componentes, ou seja, uma transformação importante no seu funcionamento. Mas é possível que esta modificação não seja evidente e necessite de uma longa observação do pesquisador.

Segundo Rocher nem toda mudança social é visual, ela é, algumas vezes, ‘invisível’ durante certo tempo, antes de se deixar aparecer, citando como exemplo, o caso das explosões sociais, na França, em Maio de 68, cujas premissas invisíveis datam de muitos anos, ou de movimentos de libertação, cuja origem pode ser muito antiga, um século ou dois. Como terceiro item, Rocher argumenta que uma mudança de estrutura supõe que se possa identificar com o tempo (...) e que para ser verdadeiramente uma mudança de estrutura, toda mudança social deve dar prova de uma certa permanência, ou seja, que as transformações observadas não sejam superficiais, efêmeras, ou passageiras.

Por isso, a observação deve se prolongar por um período suficientemente longo para permitir fazer a diferença entre uma simples alteração de situação, conjuntural, acidental, e uma verdadeira passagem de um estado antigo para um estado novo, destinado a durar, não importa o

tempo, mas de maneira significativa. Em resumo, essas características precedentes, apontados por Rocher mostram que a mudança social afeta o curso da história de uma sociedade e pode ser tributada às ideologias e aos poderes que fazem parte desta história; uns negam que tenha havido mudança por não reconhecer nela a não ser uma retificação menor, outros verão perturbações históricas onde a situação não fez mais do que evoluir e, isto, em função dos interesses políticos das diferentes facções no poder.

Segundo o autor, pode-se estudar as mudanças de duas maneiras: primeiro, escolhendo um posto de observação fixo, permanente, a fim de avaliar deste lugar estável, a mudança e as transformações “de fora”, adotando um ponto de vista distanciado e objetivo; ou então pode-se ter o desejo de estudar a mudança do “interior”, participando das transformações e avaliando a mudança no coração do movimento, mudando com ele. Nossa pesquisa adotou o segundo tipo de metodologia, apesar dos riscos científicos, desejando, na medida do possível, fazer uma junção do nosso trabalho como pesquisadora e observadora, com a vida de ator social da experiência observada.

Assim, em justaposição às observações teóricas e metodológicas apresentadas pode-se definir a mudança social como sendo uma transformação observável no tempo, que afeta, de uma maneira que não seja provisória e efêmera, a estrutura ou o funcionamento de uma organização social de uma coletividade determinada e modifica o curso de sua história (op.cit.).

Certamente, uma mudança pode perfeitamente afetar a estrutura social de um grupo ou de uma sociedade dominada ou minoritária e ser ocultada. Para que haja mudança social, nós inferimos que seja preciso também que os atores da mudança testemunhem que ocorreu esta mudança, difusão, reconhecimento, que ela não seja silenciada pelas autoridades e por aqueles que teriam interesse de fazer crer que nada mudou, que nada mudará jamais. Conhecer as condições e os fatores da mudança nem sempre basta, é preciso também recontar.

Nesta pesquisa será considerado como prioridade promover a expressão das minorias negras, dos dominados e a promoção de iniciativas novas dos grupos considerados como organizações informais, na luta contra o imobilismo, político ou cultural. A idéia será admitir um mundo de diversidade nas favelas, fazer ouvir as vozes do silêncio das mulheres negras pobres, reconhecer, situar e confrontar os saberes, ajudando os militantes do movimento negro e feminista e os profissionais do Serviço Social a melhor capitalizar e trocar suas experiências, enriquecendo coletivamente a compreensão dos processos de emergência e a difusão da inovação, buscando quebrar o enclausuramento do universo confinado e segregado das favelas, território de maioria negra.

Enfim, nenhuma ação poderia ter sido observada se não tivéssemos compartilhado de algumas convicções essenciais:

- 1) Toda inovação não é necessariamente boa;
- 2) Não existe um modelo único e automático de progresso técnico;
- 3) Necessário se faz dar prioridade à inovação onde ela é indispensável à sobrevivência;
- 4) Não se compreende bem a inovação a não ser praticando;
- 5) Cada sociedade deve inventar os mecanismos de mediação eficazes entre os saberes, o saber fazer e as inovações.

Na luta contra a discriminação das mulheres negras faveladas, questões que pudessem interessar aos atores e à pesquisadora não faltaram. Foi nesta perspectiva que se constituiu a melhor maneira dos atores se exprimirem sobre a realidade das mudanças que eles e elas pensaram ter realizado ou observado.

Na pesquisa realizada, a abordagem escolhida foi a qualitativa, destacando-se a observação participante que gruda o pesquisador à realidade estudada; a entrevista, que permite um maior aprofundamento das informações obtidas; e a análise documental, que complementa os dados obtidos através da observação e da entrevista, apontando novos aspectos da realidade pesquisada (Lûdke & André, 1986: 9). Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, instrumento básico para a coleta de dados e **“uma das técnicas de pesquisa qualitativa mais utilizada”** através da qual foram obtidas as informações contidas na fala dos sujeitos pesquisados visando compreender o objeto de análise (Baptista, 1994: 22). Os encontros com as entrevistadas se deram num clima de troca sem frivolidades inúteis, nem efeitos especiais e o método de trabalho partia do local da favela, procurando princípios guias e retornando à favela para melhor progredir nas ações.

O levantamento bibliográfico tinha a intenção de fundamentar os fatos históricos, a partir de uma narrativa que contemplasse uma perspectiva afro-descendente, ou seja, o olhar do negro sobre a sua história, considerando as condições do tempo que a geraram, tentando romper com os esquemas formais nas quais a história fora construída.

Na entrevista semi-estruturada não há uma ordem pré-determinada para as questões, ela se desenrola a partir de um esquema ou roteiro, que permite ao entrevistador fazer as adaptações que julgue necessárias, não induzindo os entrevistados às respostas. A ordem dos assuntos abordados não obedece a uma seqüência. Eles surgem no desenvolvimento da conversa, formando uma unidade, sem perder de vista a espontaneidade do entrevistado e os objetivos que se pretende atingir.

No caso específico desta pesquisa foram contactadas 33 mulheres, onde 3 não quiseram dar entrevista, 6 não se perceberam como negras e 24 se identificaram negras e foram entrevistadas, todas são moradoras da Favela Bola de Ouro. O contato com as mulheres se tornou possível através da

Associação Circo da Criança⁴, entidade com sede na favela pesquisada, bem como visitas e conversas informais com as mulheres objetivando investigar, analiticamente, as formas de organização informais no cotidiano das mulheres negras moradoras da favela Bola de Ouro - território de maioria negra e compreender o significado daquilo que não foi dito, o indizível que para Rojas (1994), pode ser entendido como o conjunto de vivências, emoções, experiências das pessoas que não estão documentadas, cujo conteúdo tem um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos.

Diante da imprecisão do número de mulheres negras que povoam a favela⁵, por não haver pesquisa prévia que determinasse o número exato delas e da não possibilidade de realização de uma pesquisa para levantamento deste dado, em virtude de razões técnicas bem como dos elevados custos que tais procedimentos ensejariam, a escolha das mulheres negras foi orientada pelos seguintes critérios:

- Mulheres que se identificassem enquanto negras; a necessidade de estabelecer este critério surgiu a partir da aplicação dos pré – testes, quando mulheres que poderiam ser identificadas como negras se recusaram a participar da pesquisa por não se identificarem como negras. Esta atitude pode ser justificada com base no mito da democracia racial que permeia a realidade brasileira e tem diluído a identidade étnica racial da população negra. De acordo com Lima e Cunha Júnior (2002), juntamente com o mito surge um discurso de igualdade de condições e tratamento que, quando é relacionado com o lugar dos negros desenhado pelos indicadores sociais, demonstra

⁴ É uma organização Não Governamental sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover os direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, bem como, apoiar iniciativas que garantam a dignidade dos pais das crianças, adolescentes e jovens que acessam os programas promovidos pela entidade criada há 11 anos pelo Rev. Jardson Gregório Silva ministro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e tem promovido diversas atividades que visam o resgate da auto estima dos moradores da comunidade com programas como Universidade Popular (UNIPOP), cursos profissionalizantes, cursos de formação etc.

que existe um dissenso ocasionado entre o discurso estabelecido e a vivência destes. Carneiro (2002), afirma que o mito traz consigo o silêncio acerca do racismo e além de fragmentar a identidade racial negra tem como função ainda escamotear a importância populacional do negro enfraquecendo-os politicamente impedindo sua unidade. Desta forma, mulher negra neste trabalho será entendida como aquelas que se auto-classificam, embora haja no Brasil esta tendência de esconder ou negar a descendência negra. Contudo, é válido salientar que mulher negra é aquela que, independente das diferentes matizes, gradações de cor, como são classificadas, e até se auto-classificam trazem na pele, nos traços físicos, as marcas da africanidade.

- Mulheres negras que participaram de atividades que demandassem organização na luta por melhores condições de vida, promovida pela Associação Circo da Criança.

O segundo critério se fez necessário porque as iniciativas que configuram a organização informal surgem influenciadas e motivadas pela organização formal (Chiavenatto, 1979).

A importância deste estudo consiste na possibilidade do desvelamento de aspectos relevantes desta interação organização formal – organização informal. Considerando-se a organização informal como uma forma de luta das mulheres negras, materializada na construção de um enfoque que aparentemente rompe com as concepções tradicionais de organização por serem desenvolvidas num espaço de favela a partir da influência dos movimentos sociais.

⁵ O único dado que se teve acesso foi o divulgado pelo Jornal do Comercio do dia 12/12/1999 que estipulou uma população de 2.500 famílias.

Os resultados aqui apresentados a partir dos depoimentos das mulheres negras moradoras da favela Bola de Ouro, não poderão ser generalizados, pois representam uma análise de um grupo específico em um contexto determinado. No entanto, é bem verdade que existem questões que são comuns a todas as mulheres inseridas nessa realidade e contexto.

1. CAPÍTULO: Resgatando a memória histórica para se afirmar no presente.

“Resgatar a nossa memória significa resgatarmos a nós mesmo da armadilha da negação e do esquecimento; significa estarmos reafirmando a nossa presença ativa na história e na realidade universal dos seres”. Abdias Nascimento.

Dentro do quadro da chamada civilização européia ocidental, o Brasil é um País “novo”, quase sem história e os seus séculos de existência parecem não ser suficientes para criar uma consciência do passado. Diante de tal posicionamento podemos deduzir que não é tarefa fácil debruçar-se sobre a história de um país, marcado por tais características. (Borges, 1993).

Aprender história é um exercício por vezes difícil, pois é um espaço onde contracenam o real e o imaginário. Nesse palco a imaginação é basilar, desde que a mesma eleve-se acima dos fatos e reproduza a complexidade das atividades humanas como um filme explicativo, questionador, repleto de conceitos, propósitos e dúvidas. Sobretudo a dúvida, pois ela se apresenta como elemento principal para a composição do filme da história. (Cunha Júnior, 2003).

Para compreender a complexidade da situação da mulher negra brasileira faz-se necessário considerar os posicionamentos acima mencionados. A história ajuda a explicar a realidade e pode ajudar a transformá-la. Contudo, a história dos negros durante séculos teve a sua memória omitida ou deturpada.

Na história existe um “duplo silêncio” o primeiro, é sobre as mulheres em geral (a história é masculina) somando-se o segundo silêncio que é sobre as classes exploradas (a história é das classes dominantes). Em meio a esta realidade, o estudo das condições da vida da mulher negra é fundamental para reelaborar a história da escravidão brasileira, apesar do material bibliográfico e as fontes disponíveis serem extremamente pobres. (Giacomini, 1988).

Por outro lado, *“sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo, os negros têm muita dificuldade de formar uma imagem positiva de seus iguais”* (Bento, 1998:45).

As evidências da participação dos negros envolvidos em diferentes ações presentes na dinâmica social demonstram sua real contribuição no

desenvolvimento da história econômica e social do Brasil. É preciso que a história focalize a experiência e a literatura escrita negra, que expressam e esclarecem a história da “subordinação” do povo negro ao povo branco. É preciso ainda que se dê ênfase ao próprio conhecimento do povo negro sobre sua experiência. Esforços podem ser feitos para desenvolver e fazer uso da informação das ciências sociais sobre o negro, que responda à compreensão que o povo negro tem sobre o seu mundo. Deve-se evitar assumir que existe somente uma cultura minoritária, ou que cada grupo tem uma única cultura, mas explorar uma variedade de pontos de vista em cada caso.

A história social que, recentemente tem organizado estudos, vem recuperando a importância do negro como agente ativo no processo de formação da sociedade brasileira. Carneiro (2002) acrescenta que nesta nova historiografia o negro é visto como ativo, apesar da opressão racial.

É orientado por este paradigma da história social e dessa nova historiografia e considerando o movimento da história que está sempre se constituindo, ou seja, o conhecimento que produz nunca é perfeito ou inacabável, que esta investigação apresentará o processo de escravização da mulher negra.

1.1. A mulher negra e a escravização

As condições históricas na qual surgiu e se expandiu a relação de “coisificação” que foi estabelecida com o negro no Brasil e em particular com as mulheres negras são suficientemente conhecidas (Carneiro, 2001).

A escravidão brasileira durou mais de três séculos. "*O Brasil foi o último país do mundo a abolir oficialmente a escravidão*" (Jornal Djumbai, 1995).

Na situação de escrava as mulheres negras sobreviviam em condições sub-humanas. Fora de sua terra de origem, reduzida à condição de escrava, a

mulher negra era utilizada para o trabalho doméstico, para a lavoura, as minas e o comércio (Rufino, 1987).

A situação da escrava empregada nas plantações esteve determinada pela sua condição de propriedade do senhor. Mas a esta condição, compartilhada com o homem escravizado, somava-se a particularidade advinda do fato de ser mulher, isto é ocupar um papel na reprodução biológica (Giacomoni, 1988).

Embasadas nas autoras acima se pode afirmar que a mulher negra combinava potenciais produtivos e reprodutivos o que a transformava num produto muito lucrativo. Mesmo assim, segundo Gonzalez (1982), em termos populacionais o elemento masculino foi predominante entre a escravaria.

Os trabalhos como ama-de-leite, mucama, cozinheira trazia diversos danos para as mulheres. Na condição de amas de leite enquanto amamentava o bebê da senhora era separada do seu, era forçada a negar sua maternidade, pois não era levada em conta sua condição de mulher-mãe, mas sua potencialidade de amamentar. Essa situação muitas vezes deixava a escrava inapta para amamentar.

“Esse fato, que à primeira vista parece pouco importante, influi de tal modo na moral da escrava, que a torna inapta a aleitar outra criança” (Costa apud Giacomoni, 1988:58).

As mulheres grávidas e que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediam, em algumas, o regular desenvolvimento do feto, em outras, minguava o leite (Giacomoni, 1988).

Carneiro (2001) quebra a imagem da senhora branca vista como alguém submissa e subalterna ao controle autoritário do marido portador de sentimentos brutalizados. A mulher branca era por excelência tão autoritária e despótica quanto o homem branco. Por outro lado, a negra tinha que se

submeter às determinações do seu dono ao ser solicitada, não existindo a possibilidade de recusa, tendo que estar com ele independente da sua vontade para evitar castigos.

“Uma escrava é obrigada a ceder aos desejos libidinosos do seu senhor para não se expor, com a recusa, a toda sorte de torturas; não pode guardar a honra de sua filha (se tiver) nem mesmo a sua, contra as tentativas do seu poderoso senhor” (Jornal o Americano”, apud Giacomine, 1988: 70).

Segundo Carneiro (2001) e Gonzalez (1982), o estupro era praticado em larga escala, a mulher escravizada estava sujeita a doenças venéreas, como também estava sujeita à gravidez. Os bebês, freqüentemente, já nasciam sifilizados.

A realidade vivenciada pela escrava era bem distante daquela idéia difundida de que a escrava era tratada como se fosse um membro da família.

“À mesa patriarcal da casa grande sentavam-se como se fossem da mesma família numerosos mulatinhos. Crias, malungos, moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. Quanto às mães pretas referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando nos seios da família patriarcal (Freyre, 1984:352).

A realidade acima descrita se contrapõe à exposta por Giacomini (1988), que mostra os filhos das escravas sendo tirados delas ainda bebês e abandonados na roda dos enjeitados e/ou vendidos.

Na cidade entre os escravos existiam os denominados de ganho, cujo trabalho era vendido pelo escravo e este pagava uma renda ao escravizador, ou mesmo o escravizador alugava os serviços a outras pessoas. Eles passavam o dia nas ruas alugando os seus serviços com a obrigação de

entregar aos seus senhores uma quantia diária ou semanal pré - estabelecida. O excedente pertencia ao escravo que o utilizaria como lhe conviesse. (Silva, 1988).

O trabalho na cidade derruba os argumentos mais comuns que sustentavam que o escravo não sabia realizar atividades que demandassem especialização, pois na cidade eram empregados na realização de tarefas complexas. Tal fato instaura a reflexão de que a vida pública da mulher negra (trabalhando fora) foi bem anterior à da mulher branca, que acontece paralelo ao processo de industrialização.

No período da escravidão tudo era realizado pelos negros (as), pois além de ser trabalhadores do campo, foram mecânicos, rachavam lenha, e com a habilidade das suas mãos fabricavam os luxos da vida “civilizada” (Bento, 1988).

Gonzalez (1982), explora duas questões dentro deste período que geralmente fogem às reflexões, quando se pensa em escravidão. Primeiro, a mucama ao findar o trabalho na casa grande, voltava para a senzala para cuidar dos filhos que lhe deixaram com vida, prestar assistência ao companheiro que chegava das plantações, engenhos, quase sem vida devido à fome e ao cansaço. Segundo, foi na condição de mucama que a mulher negra influenciou afetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica), as crianças de seus senhores. Quando lhes contava histórias, passaram para o branco as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Ainda, coube à mulher negra a africalização do português falado no Brasil.

Os escravizados encontraram várias formas de se opor ao poder dos escravizadores. Para alguns historiadores negros, não existe um aprofundamento sobre o escravismo de cunho criminoso, como foi o do Brasil. No entanto, apesar de toda injustiça sofrida pela população africana e seus

descendentes, não faltou criatividade, esperteza, características presentes nos afro-descendentes que povoam as favelas.

1.2. As formas de organização da mulher negra no período escravista

Quando se referem à história do povo negro, os historiadores comentam sobre a escassez de materiais livres da ótica do dominador e atribuem parte disto a Rui Barbosa que mandou queimar muitos desses materiais. Os documentos sobre escravidão foram deliberadamente destruídos, em obediência a uma ordem assinada por Rui Barbosa. Diz a ordem:

“Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do silo da pátria a escravidão — a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, infeccionou-lhe a atmosfera moral. Considerando que a república está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que, pela abolição do elemento servil, entraram na comunhão brasileira, resolve”: 1º) serão requisitados, de todas as tesourarias da fazenda, todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do ministério da fazenda, relativos aos elementos servis, matrícula de escravos, dos ingênuos, filho livre de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser, sem demora, remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria. 2º) Uma comissão, composta do presidente da confederação abolicionista e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis, e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da máquina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão”. (Bergmann, 1978 : 73).

As mulheres negras sempre reagiram à situação de opressão a que foram forçadas, mesmo que a historiografia oficial, aqui entendida como aquela escrita e narrada a partir da perspectiva dos grupos dominantes, negasse ou ocultasse tais fatos. Sempre existiram aqueles (as) que, "furando" os véus da ideologia dominante, contribuíram para mudar o curso da História. (Giacomini, 1988).

A perspectiva que apresenta os escravos (as) como sendo pacatos, passivos e estáticos é abalada com o surgimento dos quilombos⁶. A palavra vem do quibundo, uma língua do grupo Banto, e significa habitação, se tornou a forma de resistência mais importante e mais temida do período colonial.

“A existência de quilombos imprimia tal receio aos brancos que qualquer ajuntamento de escravos fugitivos já era como tal considerado, não importando seu número diminuto” (Goulart apud Bergmann, 1978:58).

No século XIX, quando o Brasil ficou livre de Portugal, e os negros continuaram cativos, os quilombos surgiram em maior número em províncias como: Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. De acordo com uma provisão de 1741, é reputado quilombo desde que se achem reunidos cinco escravos. No Maranhão, em 1847, a assembléia provincial votou a lei 236, classificando como quilombo a reunião de apenas dois escravos. A organização de quilombos surgiu a partir dos movimentos de negros (as) que lutavam contra a escravidão (Bento, 1998).

O quilombo mais conhecido foi o Quilombo dos Palmares⁷ formado pelos escravos fugidos de Pernambuco, a mais importante das capitanias.

⁶ Os quilombos são os primeiros movimentos em prol de maior liberdade, contra a violência da classe dominante. Não é possível estabelecer com certeza quando surgiu o primeiro quilombo. O mais provável é que as primeiras tentativas se situem por volta de 1550. As primeiras notícias certas são de 1575. Trata-se de um quilombo na Bahia que foi destruído pelo governador D. Luiz de Brito e Almeida.

⁷ Sobre Palmares ver: FREITAS, Décio. **A guerra dos escravos**. Graal, Rio de Janeiro, 1982. MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a rebelião negra**. Brasiliense, São Paulo, 1987.

Localizava-se na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas e significava um sonho que lá havia se tornado realidade: a vida livre.

A vida livre em Palmares se caracterizava como uma sociedade multirracial e miscigenada de negros, índios e até brancos pobres (Arnt e Neto, 1995). Os ritos africanos conviviam com o catolicismo. Além de fabricar armas e ferramentas com a metalurgia trazida da África, os palmarinos plantavam milho, fumo, batata, e mandioca. E faziam comércio com os vizinhos. A produção era trocada por munições, armas, sal, tecidos e ferramentas. As terras eram férteis e havia muita madeira, caça, água. A atividade principal era a agricultura, num sistema de trabalho coletivo. Usavam metalurgia para fabricar utensílios para a agricultura e armas para a guerra, além de objetos artísticos (Bento, 1998).

O primeiro líder famoso de Palmares foi Gamga-Zumba. Zumbi torna-se líder após sua morte, formando seu próprio exército como forma de reorganizar a comunidade de Palmares e para batalhar contra as várias expedições organizadas por ordem do rei de Portugal. Assassinado pelas forças de repressão da coroa portuguesa em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi esfaqueado, degolado tendo sua cabeça exposta em praça pública, atual praça do Carmo, na Dantas Barreto – Recife.

Na luta por liberdade Zumbi teve a contribuição de Dandara e Aqualtume mulheres guerreiras que não se dobraram às imposições do sistema escravocrata. Após a destruição desse reduto, Dandara preferiu se matar a voltar para a condição de escrava (Rufino:1987).

Diante dessas atrocidades apresentadas na história, as mulheres negras não recuaram e não se acovardaram, realizaram imenso processo de resistência e de sobrevivência em busca constante da dignidade humana. Realizaram fugas individuais e coletivas, organizaram quilombos e associações de proteção e ajuda mútua. Quando da impossibilidade de práticas políticas amplas, realizaram ações individuais envenenando o escravizador, os assassinando em legítima defesa e, mesmo, articulando rebeldias que

causavam prejuízos aos escravizadores, como nos mostra o articulista do Jornal O AMERICANO, que se assinava por Philantropo:

“Vemos diariamente elles (os escravos) affectando nenhum cuidado, quebrarem-nos os móveis de maior valor, esquecerem-se dos afazeres que lhes ordenamos e ainda dos mais curtos e insignificantes recados, soffrendo nossos muito, e sendo sempre mal feitos, a ponto de grandemente perdermos em nossos interesses domésticos” (O Americano apud Giacomini, 1988; 63).

No início do século XIX, houve uma série de revoltas de escravos no recôncavo baiano, onde estavam concentrados escravos Sudaneses oriundos da Costa de Mina. Aliaram-se para essa revolta os Haussenses e os Nagôs. A maior dessas revoltas ocorreu em 1835 que se denominou revolta dos Malês. O levante teve um traço interessante, pois os negros africanos que estavam comandando a revolta chegaram a veicular a idéia de matar os negros nascidos no Brasil (Souza, 1997).

Destaca-se nesse momento histórico Luíza Mahin⁸, africana guerreira, mãe de Luiz Gama, poeta e abolicionista. Pertencia à etnia jeje, sendo transportada para o Brasil, como escrava. Outros se referem a ela como sendo natural da Bahia e tendo nascido livre por volta de 1812. O pai de Luiz Gama era português e vendeu o próprio filho, por dívida, aos 10 anos de idade, a um traficante de escravos, que levou para Santos. Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século XIX. Luiza Mahin conseguiu escapar da violenta repressão desencadeada pelo Governo da Província e partiu para o Rio de Janeiro, onde também parece ter participado de outras rebeliões negras, sendo por isso presa

⁸ Em 9 de março de 1985, o nome de Luiza Mahin foi dado a uma praça pública, no bairro da Cruz das Almas, em São Paulo, área de grande concentração populacional negra, por iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras/SP (Criola, 2003).

e, possivelmente, deportada para a África. Luiz Gama escreveu sobre sua mãe: “Sou filho natural de uma negra africana, livre da nação nagô, de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos, como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa”. Luiza Mahin teve outro filho, lembrado em versos por Luiz Gama, cuja história é ignorada (Criola, 2003).

Na luta contra a escravidão contou-se ainda com várias mulheres entre elas: Rainha Tereza de Benguela pertencia ao grupo Bantu e governava o Quilombo de Quariterê (em Mato Grosso) formado por 100 negros (as); Zeferina, no quilombo de Urubu (na Bahia) comandou em 1826 um levante contra a capital baiana onde manejava com muita habilidade o arco e flecha; Zacimba Gaba, Felicidade, Ludovina, Germana e Tereza participaram da Revolta das Armações de pesca em Tapoã, na Bahia (Rufino, 1985).

Furtado (2003) retrata Chica da Silva distinguindo-a do estereótipo veiculado pela mídia televisiva e apresentando-a como uma figura de resistência. Chica da Silva, filha de mãe negra, forra, ascendeu socialmente acumulando bens e riquezas, transitou entre diversas irmandades, cuidou da sua descendência garantindo para estes um lugar numa sociedade branca excludente. Para a autora, foi a forma que ela encontrou para controlar e manter sua vida que era negada pela sua condição feminina e negra.

GONZALEZ (1982), apresenta como figuras de resistência a mãe preta e o pai preto. Essas figuras são exploradas pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais o que é completamente inaceitável, uma vez, que apresenta-os como acomodados, passivos à realidade de escravização. A mãe preta e o pai preto devem ser vistos como sendo uma forma de resistência passiva, pois ambos com suas histórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo brasileiro.

Uma outra forma de resistência muito criticada foi o aborto. Alguns registros da época subsidiam a tentativa de entender este processo. GIACOMINI (1988), registrou alguns desses acontecimentos:

“Em 1881 um senhor em vista da lei do ventre-livre, acaba de atirar à rua, para morrer, um recém nascido de escrava sua. Era a terceira vez que assim agia, tendo liquidado anteriormente outros dois filhos da mesma escrava” (A voz do escravo, 01/05/1881).

“Deshumanidade: foi encontrado à meia noite de ante-hontem, em abandono, na porta da Igreja da Misericórdia um recém nascido de cor preta e sexo masculino, o qual foi recolhido à casa dos expostos” (Diário do Rio de Janeiro 25/08/1871).

“Quase tudo morre ou de miséria ou de desesperação (Representação de José Bonifácio de Andrada e Silva à Assembléia Geral Constituinte, O Americano, 15/01/1848). E sobre as crianças: Quantas cresciam? Há estatísticas que o digam dos expostos só vingaram 9 a 10% como então provou no Senado o Sr. Visconde de Abaeté, dos nascidos na escravidão não escapam certamente mais de 5%”. (A liberdade dos Ventres, 1880).

“Dizem que a pardinha Leocácia... acha-se em deplorável estado, motivado de um aborto, e este resultado de ter sido espancada... e espera-se que não seja este facto abafado, como teem sido outros” (Denuncia ao Delegado da Polícia de Valença, Diário do Rio de Janeiro, 21/07/1871).

“Diante dos maus tratos que sofria mãe e criança não seria inconveniente ou sem cabimento identificar a prática do aborto como uma forma de resistência da escrava. “... a escrava mata o filho, antes de nascer, ao nascer ou no berço, para poupar à sorte miseranda que o aguarda; mata o escravo querido, para lhe dar a

única alforria a que pode aspirar” (Diário do Rio de Janeiro 17/07/1871, apud Giacomini 1988).

A religião afro também é apresentada como um caminho de resistência. Alguns historiadores defendem a tese de que a união dos escravos (as) se dava por meio dela, uma vez que os mesmos foram agrupados em diferentes etnias. Apesar da pressão policial que reprimia com violência a prática aos cultos afro-brasileiros a resistência firme das mães de santo (lolorixás) transformou a religião afro-brasileira como sendo um espaço de resistência negra (Rufino, 1985).

Um outro grupo de mulheres que resistiu com muita força e criatividade foram as quitandeiras e as vendedoras ambulantes que tinham um grande prestígio na comunidade sendo valorizadas por seu conhecimento e experiência. Extrapolavam muitas vezes as suas funções de vendedoras e desempenhavam outras, como de benzedeadoras e espãs. As autoridades coloniais e depois imperiais passaram a limitar a ação dessas mulheres, pois elas mantinham contato com os escravos fugidos, desta forma, facilmente tornavam-se intermediárias dos quilombos, vendendo os produtos que estes produziam e comprando tudo quanto os quilombolas necessitavam para a sobrevivência. Quando o movimento abolicionista chegou às ruas quitandeiras e vendedoras como Adelina Charuteira⁹, de São Luiz do Maranhão mantinha informados os abolicionistas sobre os planos escravocratas, ajudando, desta forma, a fuga de escravos. (Mott, 1991).

As formas de resistência aqui são ilimitadas, passam pela fuga, luta armada, organização de quilombos, cultura, religião. As marcas da resistência encontradas no cotidiano das mulheres negras da favela em estudo são heranças diretas da força e da coragem das quitandeiras, vendedoras, guerreiras e benzedeadoras. Exercida a princípio no cotidiano como resgate de uma forma de organização informal, quase sempre, fora das esferas de poder e dos quadros partidários, mas nem por isso menos importante e eficiente.

⁹ Era assim conhecida porque fazia charutos que eram vendidos avulsos e para casa comerciais.

1.3. Libertação significa continuar lutando

Em 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel¹⁰ do reino de Portugal, em lugar do imperador, sanciona lei aprovada na Câmara dos Deputados do Império, que aboliu a escravatura no Brasil. O fato de ela ter sancionado a lei foi explorado pela imprensa da época e pelos grupos dominantes de forma ideológica, como um ato de bondade para com os negros.

Esta idéia pode ser desmistificada de várias maneiras: primeiro, considerando a proporção de escravizados que se beneficia, segundo Bento (1998), apenas 20% da população negra do período. Segundo, a relutância do império em acabar com o escravismo. Depois, a relutância em propiciar qualquer benefício aos ex-escravizados, como propunha, por exemplo, Luiz Gama, indenizações, doação de terras e instrução. Entende-se, portanto, que a assinatura da lei áurea apenas reconheceu o que já era notório, pois além das fugas e rebeliões, existiam as pressões internacionais para que se criasse um mercado consumidor dos produtos europeus e isto não tornava mais o regime escravocrata rentável e viável.

Dado o projeto de branqueamento da população brasileira, pensado pelas elites, que baseadas nas idéias racistas de Gobineau, acreditando que o atraso econômico do país era consequência da composição racial, empreenderam o imigrantismo. O processo de imigração excluiu uma parcela significativa de negros (ex-escravizados ou não) do mercado de trabalho. O imigrantismo trazia em seu bojo um projeto de branqueamento que visava transformar o Brasil num país de brancos. (Rufino, 1987).

No meio urbano, no período do pós-abolição, uma parcela das mulheres negras assume a responsabilidade de chefe da casa, pois conseguiam empregos diversos: Exerciam trabalhos nos mercados vendendo verduras,

¹⁰ Nascida no dia 29 de julho de 1846, seu nome Isabel Leopoldina Augusta Michaela Gabriella Raphaela Gonzaga herdeira da coroa de Portugal. Filha do regente D. Pedro II. A princesa imperial casou-se com o Conde D'Eu e morreu em 1921, com o título de "redentora dos cativos".

peixes, doces, quitutes. Conseguiram empregos domésticos de cozinheira, copeira, lavadeira, babás, de amas de leite. Rufino (1985) refere-se a alguns desses casos e comenta o suporte econômico dado às famílias por estas mulheres.

Resistência é marca registrada na história dos negros brasileiros. Antes e depois da abolição. Para Bento (1998), vinte anos depois da abolição formal do trabalho escravo, a população negra reafirmava sua tradição de luta combatendo a opressão e o racismo. Em 1910, liderados por João Cândido, o “Almirante Negro” os marinheiros da Marinha de Guerra apontavam seus canhões contra o Rio de Janeiro, para protestarem contra os castigos corporais e as más condições de trabalho.

Por volta de 1900, diversas organizações de maioria negra vão surgir entre as populações de diversos estados brasileiros com predominância no sul do país. Neste período vamos ter notícia do aparecimento de um número significativo de jornais negros, tendo talvez como os mais importantes, o Jornal dos Operários negros de Pelotas (1906 a 1956) e o Clarim da Alvorada de São Paulo (1924 a 1934). A presença das novas organizações, aliadas a muitas que existiam antes da abolição, pôs em evidência a situação da população negra que demandava uma organização política de grande expressão e unificadora de ações. A discussão das oportunidades de trabalho e as agressões discriminatórias eram os eixos dos debates. Assim, é que nasce em 16 de setembro de 1931, a Frente Negra Brasileira. Este movimento criou sede em vários estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Cunha Jr, 1992).

Em 1935 foi eleita Antonieta de Barros, a primeira Deputada negra do País, para o legislativo de Santa Catarina (Mott, 1991).

Em 1936, surgia o Centro de Cultura Afro-brasileira, em Pernambuco, fundado pelo poeta Solano Trindade e a organização, em São Paulo da Associação Cultural do Negro, em 1954, pelo líder José Correa Leite.

O golpe militar de 1964 impôs mais uma vez o recuo das organizações negras e de outros movimentos populares brasileiros. Só em meados dos anos setenta eles eclodiram novamente. Nesse período as organizações negras começaram a ganhar evidência na luta para incluir a perspectiva dos negros e das suas comunidades como um fator dominante nas políticas e tomada de decisões.

Em 18 de junho de 1978, durante um ato de protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi criado o Movimento Negro contra a discriminação racial, posteriormente denominado Movimento Negro Unificado - MNU. Outros movimentos de grande importância surgiram neste período, mas não foram acrescentados dentro da historiografia dos movimentos negros, destacando-se: Ilê, criado em 1974, na Bahia; IPECEN, fundado em 1976, no Rio de Janeiro; Palmares, em 1971, em Porto Alegre e o André Rebouças, em Niterói, em 1973.

É creditada às mulheres negras sua participação na luta e aprovação da lei Caó, que torna o racismo inafiançável e imprescritível. (Revista Enfoque Feminista, 1995)

Através dessas diversas formas de organização, os negros e especificamente, as mulheres negras têm conseguido resistir e sobreviver à situação de pobreza a que foram submetidas no pós-abolição e que tem sido reproduzida até os dias atuais.

2. CAPÍTULO: Ser mulher negra no Brasil

“Pode ser verdade que é impossível decretar a integração por meio da lei, mas pode-se decretar a não-segregação. Pode ser verdade que é impossível legislar sobre moral, mas o comportamento pode ser regulamentado. Poder ser verdade que a lei não é capaz de fazer com que uma pessoa me ame, mas pode impedi-la de me linchar”. **Rev. Martin Luther King Jr.**

2.1. A inserção da mulher negra nos movimentos sociais: feminista e negro

Demarcar historicamente a inserção das mulheres negras nos movimentos feminista e negro demanda que, anterior a esta análise, se situe os movimentos sociais e como o movimento feminista e negro é contemplado e se relaciona com este espaço de organização.

Os movimentos sociais existem há muitos séculos, mas apenas recentemente (na década de 70) mereceram a atenção dos cientistas sociais e na literatura sobre o assunto não se encontram até hoje bem definidas suas características essenciais. (Ammann, 1991)

Analisando o pensar de Touraine e Castells, a autora acima citada enumera princípios que caracterizam os movimentos sociais e a partir deles ela constrói seu próprio conceito. Qual seja:

“Uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”. (Ammann,1991:22)

Scherer-Warren (1993), ao analisar os movimentos sociais concluiu que não existe entre os estudiosos, uma concordância acerca do seu conceito, sendo toda ação coletiva de caráter reivindicatório ou de protesto tida como movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural de luta.

Uma questão que merece atenção nessa discussão é a apresentada por Sousa (1997) e Silva (2000), é a idéia de que o que motiva o surgimento dos movimentos sociais são as relações antagônicas entre as classes, cuja base é estabelecida pela relação capital trabalho. Para as autoras, que não entendem desta forma, os movimentos feminista e negro extrapolam os limites de classe e lutam contra uma postura que inclui valores que foram pré-estabelecidos em

que o homem e a mulher são vistos com diferenças e, brancos e negros, da mesma forma.

Uma análise que se centra apenas nos aspectos estruturais não consegue abranger o sentido pessoal de engajamento nos movimentos sociais (Silva, 2000).

Os movimentos sociais são agentes que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, etc, mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade (Touraine apud Araújo, 1999:32).

O movimento feminista e negro é contemplado pelo conceito definido acima, apesar de que, entre os dois movimentos serão instauradas diversas diferenças. Para compreendê-los melhor, será feita uma aproximação teórica dos mesmos.

A história do movimento feminista, de acordo com Toledo (2001), pode ser compreendida a partir de três grandes ondas. A primeira se situa no final do séc XIX denominado de movimento sufragista (luta por direito ao voto feminino) e por direitos democráticos (direito ao divórcio, educação completa, trabalho etc). A segunda foi no final dos anos 60 a luta por liberação sexual, e a terceira no final dos anos 70 uma luta de caráter sindical, protagonizada pela mulher trabalhadora, na América Latina.

Para autora, a maior de todas essas lutas, que tomou uma dimensão internacional, foi pelo direito ao voto. O Brasil foi o 4º país do hemisfério ocidental a promulgar, em 1932, esse direito que, em 1937 foi cerceado com a chegada da ditadura.

No Brasil, na década de 70, em plena ditadura o movimento feminista se direcionou por caminhos diferenciados do caminho tomado pelo movimento

internacional. Isto ocorreu pois uma grande ala do movimento, no Brasil, se atrelou a setores progressista da Igreja Católica. Este vínculo impossibilitou que se trabalhasse questões centrais do feminismo quais sejam: liberdade sexual, direito ao aborto, ao divórcio. Por outro lado, se abriu um amplo campo de militância política e inseriu na agenda do movimento feminista brasileiro questões como: direitos civis, liberdade política e melhoria de condições de vida. Temas como o racismo, a ênfase nas diferenças de classe foram trazidos para o centro da cena feminina através dos estudos sobre mulher nas sociedades periféricas (Holanda, 2003).

O movimento negro é uma organização política que cumpre o papel de explicitar a contradição no cenário social, político e econômico (Cunha: 1992 Apud Sousa: 1997).

Nesse processo histórico dos movimentos sociais, para Silva (2000) não foram explicitadas e privilegiadas as experiências organizativas empreendidas pelos movimentos de combate à discriminação racial nos últimos três decênios.

Entende-se que ao analisar os dois movimentos, em destaque o movimento feminista teve muito mais atenção por parte dos estudiosos e esta postura se intensifica nos estudos sobre mulheres. Caldwell (2000), investigando a produção teórica do movimento feminista brasileiro, identifica a ausência da raça na maioria das pesquisas sobre a mulher brasileira. Em decorrência disto são poucos os registros das formas históricas de organização do povo negro.

É neste espaço onde é explícita a dificuldade de articular esses dois movimentos aos conceitos existentes, pois ambos superam a idéia de classe que movimento negro não foi estudado com merecida atenção que se instala a luta das mulheres negras.

A luta das mulheres negras contra o racismo e suas manifestações através do preconceito e da discriminação racial e contra as contradições

presentes na relação entre os gêneros tem feito progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos. Contudo, a realidade demanda uma ampliação desta luta, com capacidade de apreender na dinâmica social os antagonismos presentes e inerentes a ela.

No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana que acolhe “... é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder”. (Gonzalez: 1982: 104).

A dinâmica social onde está inserida a mulher negra é movida pela ordem capitalista, o que faz com que a luta da maioria seja por direitos sociais¹¹ e muitas vezes direitos básicos de sobrevivência, reivindicando junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências do capital, tal como ele se constitui atualmente.

A mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período escravista, no pós-abolição e até os dias atuais, com organizações que nem sempre se acomodaram nos moldes formais, mas que sempre foram constantes.

¹¹ Sobre direitos sociais ver: VIEIRA, Evaldo A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. Revista Serviço Social e Sociedade N.º 53, 1997

Segundo Carneiro, (2001) é em meio a esta dinâmica que o processo de emancipação¹², de busca de igualdade de direitos das mulheres negras ganha força estabelecendo novos desafios.

Para Araújo: (2001), são motivadas pelo desejo de transformação da sua realidade que as mulheres negras aderiram aos movimentos feministas. Ao longo de sua trajetória, o feminismo tanto criou novos valores nas relações sociais com também muitos mitos de origem, entre eles o que se traduzia no paradigma de que todas as mulheres eram iguais.

O feminismo promoveu uma perspectiva universalista num discurso voltado para uma irmandade entre as mulheres e desta forma, não davam ênfase às diferenças. É na década de 80, diz Araújo (2001), que no seio do movimento feminista as mulheres negras começam levar para as discussões as suas especificidades tremulando uma nova bandeira de que eram mulheres, mas eram negras, logo com especificidades da raça.

O feminismo em suas formulações iniciais pelo menos tem sido caracterizado pela ênfase da opressão comum da mulher, a experiência compartilhada da irmandade. No entanto, a tendência de focalizar a questão exclusivamente sobre as experiências comuns das mulheres leva a uma desconsideração das diferenças significantes entre as mulheres, particularmente em termos de raça (King, 1993 apud Gehlen 2003).

Muitas ativistas feministas brancas, segundo a autora, vêm freqüentemente supondo que a postura anti-sexista delas aboliu todo preconceito racial ou comportamento discriminatório. Mas tal presunção é ingênua e reflete uma ignorância séria de como o racismo está impregnado na sociedade. Portanto, um feminismo que ignore as divisões raciais está gravemente aberto às críticas (ibid).

¹² Para Tonet(2001), a emancipação que as mulheres negras buscam e conquistam é a emancipação política.

Esta postura ocasionou lutas internas no movimento feminista, pois segundo comentários de Lélia Gonzalez, em entrevista, as feministas brancas com orientação progressista e, aparentemente, de esquerda, negaram o significado da raça e seu impacto nas vidas de mulheres negras e que as brancas eram hesitantes em relação à discussão sobre raça por causa da sua própria cumplicidade com a dominação racial. Enquanto na superfície parecia que as mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento (Caldwell, 2000).

O movimento feminista não acolhe as questões postas pelas mulheres negras motivando-as para uma ação política organizativa específica em decorrência da insuficiência com que são tratadas as suas especificidades dentro do movimento feminista.

As mulheres têm esta mesma postura com o movimento negro, posto que em um estão os desdobramentos de gênero e no outro não são enfatizadas as questões raciais.

Isto vai culminar no que Carneiro (2001), evidencia como dupla militância que se impõe às mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas no campo racial não sejam inviabilizadas pelas persistências das desigualdades de gênero e para que as conquistas dos movimentos feministas não privilegiem apenas as mulheres brancas.

Desta forma, a luta de combate ao racismo empreendido pelas mulheres negras abrange também a busca por uma real inserção social nos movimentos existentes; passam a questionar as desigualdades existentes entre brancas e negras, se posicionam contrárias ao discurso machista, bem como, o discurso

de caráter universalista de cidadania¹³, que deveria contemplá-las, mas que não passava de um mito.

Toda a história de luta construída pelas mulheres negras é muitas vezes desconhecida da população negra e principalmente das mulheres negras, como também são restritos os estudos sobre as diversas formas de organização das mulheres negras que povoam as favelas. Durante a vigência do golpe militar de 1964, os movimentos sociais tiveram que recuar o que motivou, na década de 70, diversos movimentos de base que surgiram a partir do desenvolvimento de laços de solidariedade (Correia, 1999).

Emerge daí a necessidade de explorar este campo. Marcar caminhos não percorridos ou insuficientes batidos, capazes de levar a descobertas originais é o início de uma nova proposição, na qual reivindicar melhores condições de vida não representa a conquista do poder estatal, mas significa segundo Karner (1987), tratar de criar, de viver mais humanamente, não mais deixar alienar-se pelos outros e realizar diariamente atos de solidariedade.

As mulheres negras faveladas desconhecem, na sua grande maioria, o caminho de luta traçado pelos movimentos e organizações de mulheres negras, mas ao contrário das falácias teóricas e políticas não são apenas objetos da vontade do grupo dominantes, mas também atrizes dotadas de percepção própria da sua situação e que, de maneira informal, se organizam para modificá-las.

Gebara (2000) estudando as mulheres pobres as nomeia de “desorganizadas”. Mesmo compreendendo o caminho traçado pela autora, que utiliza a expressão pelo fato das mulheres não pertencerem a movimentos sociais organizados, não se pode concordar pois, segundo MOISÉS (1982), é visível a existência de uma ampla gama de formas as mais variadas, pelas

¹³ Cidadania é um conceito bastante estudado por Marshall (1967), contempla os direitos civis, políticos e sociais. Para o autor bastava ser membro da sociedade para se ter acesso a tais direitos. Apesar da apreensão do conceito de Marshall, os brasileiros e muito menos os

quais as classes populares se organizam. Por isso, não deixa de ser importante procurar essas formas, muitas vezes espontâneas, pois elas indicam uma determinação, poucas vezes conhecida na história da organização.

Concorda-se com o autor supracitado que há espontaneidade nas formas como as classes populares, aqui especificamente as mulheres negras faveladas, se organizam, porém a expressão da espontaneidade exige sempre que se tenha em conta que existem fatores que contribuem para a emergência dessas formas espontâneas de organização. Derivam da situação de pobreza em que vivem as mulheres negras, sobretudo as faveladas.

De acordo com Moisés (1982) a espontaneidade, uma das características fundante da organização informal, não é desprovida de direção política podendo ser vista como um esforço de organização e contendo, implícitos ou explícitos, ideais políticos. Por isso, ainda que pese toda a espontaneidade nessas ações, a grande questão que se coloca é a de uma alternativa político-organizatória.

Essas ações contêm a possibilidade de que seus participantes tomem consciência da realidade em que vivem, dos alcances e limites de suas próprias forças e, a partir desses movimentos, possam adquirir experiências, propondo novos modelos de organização e luta.

Essas organizações são formas não tradicionais de resistência, pois os movimentos decorrentes serão condicionados por estas modalidades e experiências de luta (Moisés, 1982).

A organização informal pode ser vista como uma forma de resistência das mulheres negras faveladas e dos pobres de maneira geral, dada sua natureza de surgir em meio à necessidade dos seres humanos de se relacionarem uns com os outros nas mais variadas formas de relações que

negros(as) podem se sentir cidadãos, pois o princípio de igualdade que norteia o acesso à cidadania nunca se efetivou, uma vez, que não é extensivo a todos.

incluem a amizade, inimizade, simpatia, antipatia, conflito, cooperação, busca de identidade e projeção, baseados em valores e crenças que são compartilhadas pelos membros do grupo (Fortes, 1992:2).

Brant (1980) classifica as formas de organização dos grupos populares como organizados de forma defensivas, grupos em busca de caminhos alternativo de organização e organizações voluntários. Estas classificações contêm os aspectos da voluntariedade, da busca de alternativas, da solidariedade, da coesão social e da criatividade existentes na organização informal no enfrentamento e na busca de suprir carências básicas, produzidas e reproduzidas pelo modo de produção capitalista. Tal sistema tenta encerrar os indivíduos no estreito círculo de seus interesses, impedindo inclusive, que a solidariedade unifique os membros da sociedade, fazendo-os partilhar de modo mais justo os frutos do esforço comum.

Na atualidade, esta perspectiva individualista é reforçada pela globalização que, para Santos (2003), é de certa forma o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. As grandes transformações que o mundo tem passado, promovidas pela globalização, impõem à maior parte da humanidade uma realidade perversa, pois trazem internalizadas a competitividade, o culto ao consumo e a ilusória morte do Estado que se, por um lado minimiza os serviços ao povo, tornando suas vidas mais difíceis, por outro lado, se fortalece para atender os reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais.

Esta realidade reforça dificuldades históricas de organização e ressalta que, a partir da organização informal está se constituindo um novo processo participativo, construído pelos pobres de maneira geral e, pelas mulheres, negras em particular, que já desencadearam este processo no seu cotidiano.

É no espaço do cotidiano repleto de complexidades que se forjam as lutas na conquista dos direitos sociais das mulheres negras. E o processo de

luta dessas mulheres vem se desenvolvendo a partir das desigualdades que têm como origem as relações sociais.

O cotidiano pode ser caracterizado de duas formas. Primeiro como reflexo da sociedade capitalista e segundo como expressão da vida social com todas as suas tensões, pois ao mesmo tempo em que a vida cotidiana constitui-se no “resíduo” das estruturas sociais é também nela que emergem as contradições que vão repercutir nos diversos espaços sociais que organizam a sociedade (Barbosa, 1983).

Na vida cotidiana dá-se a repetição, produção e a reprodução das relações sociais dominantes, mas é nesse espaço que surgem elementos inovadores e propositivos capazes de dar um corte e transformar essas relações.

A organização informal com sua espontaneidade, criatividade, solidariedade, é um projeto de resistência e mudança social concreto revelando que, a favela onde se desenrola o cotidiano da mulher negra não é um espaço apenas de miséria, mas também de grandeza, não apenas de alienação, mas também de crítica da realidade.

2.2. Analisando a interseção entre gênero e raça

Gênero é uma dimensão fundamental da experiência humana, revelando um conjunto de diferenças entre homens e mulheres. Mas não somente uma questão de diferença, de interesse e diversidade. As questões de gênero (e as desigualdades de gênero) vêm ocupando um lugar central nos debates das ciências sociais.

Gehlen (2003), com base em Abecrombie (2000), observa que gênero é um aspecto da diferenciação dos sexos. A discussão sociológica nesta área reconhece que o social, mais do que os processos biológicos é elemento chave no entendimento da posição da mulher (e do homem) na sociedade. A noção de

que a biologia da mulher, como a sua capacidade de gerar filhos, determina a forma de sua vida, tem sido substituída por complexos debates sobre como os diferentes processos sociais interagem para produzir uma grande variedade de modelos de relações de gênero. A ênfase tem mudado em direção à compreensão da diversidade das práticas sociais que constitui o gênero em diferentes nações, classes e gerações.

Esta noção não só de diferente como desigual introduz o conceito de sexismo: desigualdade, discriminação e opressão com base no gênero, em resumo, a hegemonia masculina. Sexismo é um enraizado sistema de crenças, atitudes e instituições, geralmente inconsciente, pelo qual as distinções entre os valores intrínsecos das pessoas são feitas baseadas no sexo e nos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres em uma determinada sociedade (Bullock, 1977 apud Gehlen, 2003).

As crenças e as ações dos indivíduos, os valores culturais, normas e os modelos institucional ou estrutural, todos tendem a manifestar um preconceito inerente contra as mulheres, produzindo uma situação na qual as mulheres ganham menos que os homens e são mais vulneráveis ao desemprego; tendem a ser concentradas em empregos menos seguros e de menos prestígio, executam consideravelmente mais, trabalhos domésticos do que os homens e experimentam desigualdades substanciais em relação aos benefícios de moradia, saúde e bem estar (Gehlen, 2003).

Sexismo está intimamente ligado ao conceito de patriarcado, que é o domínio do homem dentro da família. Seu uso vem se expandindo para se referir ao domínio do homem em geral, como reflexo na distribuição de poder na sociedade. Millet (1971), capturou muito bem este ponto, quando ela argumenta que os militares, a indústria, a tecnologia, as universidades, a ciência, os cargos políticos e as finanças, em resumo, cada avenida do poder dentro da sociedade capitalista atual, incluindo a força coercitiva da polícia, está inteiramente nas mãos dos homens.

Sexismo é, portanto um conjunto de crenças, práticas institucionais que reforçam, e são reforçadas, pelo patriarcado. Os dois conceitos se apóiam mutuamente. Em particular, a ideologia patriarcal promove o modelo tradicional da família, com o homem como provedor, chefe da família e defensor do seu território, a esposa e mãe como aquela que alimenta e cuida das crianças dependentes dele, as quais são socializadas para seguir seus passos, assumindo papéis do modelo apropriado, os meninos crescem como o pai, as meninas como a mãe.

De fato, as ligações entre o patriarcado e a família nuclear são tão grandes que o termo ideologia familiar tem sido cunhado para se referir às idéias-base que procuram legitimar estas relações sociais. A ideologia familiar na sociedade ocidental afirma que a família nuclear é um modo de vida universal e desejável e que a *“divisão sexual do trabalho que prevalece na qual a mulher é esposa e mãe, colocada dentro da esfera privada da família, sendo o homem o provedor e chefe, situado dentro da esfera pública do mundo do trabalho, é universal e normalmente desejável”* (Lentell, 1998 apud Gehlen 2003).

Portanto, como ela observa, a família é o lugar onde a ideologia das diferenças de gênero são construídas. Por sua vez, a ênfase na família nuclear como normal define outras formas de organização familiar como desviantes e indesejáveis. A pressão para adaptar-se aos apropriados papéis do sexo dentro da família patriarcal de hoje, faz parte do processo de socialização, um aspecto significativo do sexismo.

Em relação à divisão sexual do trabalho, as tarefas dentro e fora da casa, como observa Gehlen, tendem a seguir um modelo que tem a especificidade de gênero. A mulher na esfera pública do trabalho assalariado e da vida política. A alocação do salário, do status do lazer e outras recompensas mostram uma predisposição favorável ao homem às custas da mulher. A discriminação e opressão inerentes no sexismo não existem sem nenhum custo, no que diz respeito às mulheres.

A pobreza é um exemplo disto, pois as mulheres têm menos acesso aos recursos do que os homens. Isto produz uma situação que tem sido conhecida como feminização da pobreza. As dificuldades enfrentadas pela população negra são o resultado não somente das diferenças na cultura, mas também da sociedade em que vivem, que é hostil às pessoas negras, negando-lhes oportunidades iguais, como também os deixa expostos a uma grande pressão material e psicológica.

As marcas das lutas das mulheres negras não podem deixar de ser vistas dentro de toda esta dinâmica social e histórica. É no bojo das relações de raça e classe¹⁴, pois assim está organizada a sociedade capitalista, que se evidenciam as questões de gênero e é neste contexto que elas são reforçadas e reproduzidas. Falar em gênero é analisar as relações sociais que, segundo Castro (2001), são o vetor do conceito de gênero.

O conceito de gênero aparece no cenário brasileiro na década de 80, é historicamente fruto do movimento feminista e permite entender as relações sociais, enquanto construção social através de distintos papéis que a sociedade atribui a diferentes categorias de sexo. (Gehlen, 1995).

Na cadeia das relações sociais, a relação entre os gêneros ocupa, na visão ocidental, uma posição central. As contradições inerentes a cada gênero adquirem um caráter antagônico o qual, como em toda ligação desta natureza, leva à hegemonia de um elemento sobre o outro (Vicentini, 1989:48).

Para Saffioti (1987), a sociedade delimita, com bastante precisão os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

¹⁴ A história de todas as sociedades que existiram até aos nossos dias é a história da luta de classes. MARX, (1872). Este estudo não se propõe a analisar a categoria classe, no entanto, analisar gênero e raça requer que se compreenda que não existe mulher, geral e abstrata, mas mulheres concretas, inseridas em classes sociais historicamente determinadas. (Giacomini, 1988:17)

Percebe-se que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros, tomando como base as características biológicas. É importante ressaltar, aqui, a característica relacional do conceito gênero. Nesse sentido, Guimarães (2002) ressalta que os estudos sobre mulheres são também sobre os homens.

Para Fischer e Marques (2001), a perspectiva de gênero pressupõe mudanças, desconstruções dessa realidade historicamente determinada, em que as imposições da sociedade recaem principalmente, para o elemento feminino desprivilegiando-lhe frente a sua capacidade de conceber filhos, cuidar da casa, dando a esta competência um caráter natural em detrimento da possibilidade de construções sócio-culturais.

A teoria histórica material dá sua contribuição com essa discussão desmistificando a naturalização da subordinação da mulher, situando sua origem num processo gerado nas e pelas relações sociais. Essa postura é crucial para fugir a enfoques essencialistas, nos quais as desigualdades entre homens e mulheres são vistas como naturais. (Araújo: 2001).

A luta das mulheres não se dá somente na superação dessas desigualdades geradas pela histórica hegemonia do sexo masculino, mas também impõe o combate a outras ideologias como o racismo. Para Carneiro (2001), há sempre uma dimensão racial na questão de gênero, e uma dimensão de gênero na problemática étnico-racial. Portanto, desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos.

O racismo tem sua origem na discussão de raça e como esta discussão foi introduzida no contexto brasileiro. A discussão em torno da temática raça e o que ela representa para os negros, de maneira geral e, em particular, para as mulheres negras, toma caminhos diferenciados.

A origem da palavra raça toma dois caminhos possíveis. Uns fundamentam sua origem a partir da palavra latina *radix*, que quer dizer raiz ou tronco. Outros, a partir da palavra italiana *razza* que significa linhagem ou criação (Mitchel & Jordan, 2002).

Independente da origem, a palavra foi introduzida na literatura científica há cerca de 200 anos e trouxe com ela diversas interpretações e conseqüências. Principalmente, quando foi utilizada pelos antropólogos físicos para justificar a superioridade de uma raça sobre a outra.

Chastitko (1974) definiu como raça as grandes subdivisões dos homens, entendendo-a como grupos de seres humanos com uma origem comum que se exprime através das características físicas hereditárias.

Para Mitchel & Jordan (2002), a partir da criação do termo raça surgiram diversas teorias raciais que não consideravam a amplitude do termo e a indefinição inerente ao mesmo, pois raça não teve seu significado exatamente claro.

Com um embasamento forjado cientificamente, as teorias raciais tomaram diversas direções, nas quais a superioridade do branco era dogmaticamente confirmada; quanto ao negro, a sua inferioridade era tida como congênita. (Munanga, 1988).

Para o autor supracitado, as teorias raciais baseavam-se em explicações “ditas” científicas. Segundo ele, o primeiro historiador a divulgar notícias sobre as populações negras foi o grego Heródoto, que baseando-se na *teoria dos climas*, afirmou que as temperaturas extremamente baixas ou altas tornam o homem bárbaro, enquanto as zonas temperadas favoreciam o desenvolvimento das civilizações, apresentando ao mundo uma idéia negativa dos negros.

A imagem que foi difundida para o mundo era de negros selvagens e parecidos com animais. Essa forma de perceber o negro foi disseminada na

Idade Média e no Renascimento sempre reatualizando os mesmos mitos que identificavam a África negra como sendo um mundo habitado por monstros.

Outras teorias se afirmavam a partir de embasamento religioso, como admitir que os negros eram descendentes de Caim, filho de Adão, que fora amaldiçoado por matar seu irmão Abel, desta forma este recebeu um sinal que era justamente a cor da pele negra. Este argumento motivou e credenciou a igreja a participar ativa e objetivamente na instituição da escravidão (Carruthers, 2001).

A história não pára e nessa dialética sempre apareceram novas teorias que, na maioria das vezes, eram releituras das velhas. No decorrer de todo o percurso histórico, a raça denominada negra sempre foi analisada a partir de teorias que justificassem a sua existência.

Os filósofos também se esforçaram em pensar a condição de existência do negro. As raças seriam resultado de mutações no interior da espécie humana e a inferioridade real dos selvagens não seria resultado de uma falha de constituição. Ela é de ordem puramente histórica. Outros acreditavam na superioridade do branco em relação ao negro, como na do negro frente ao macaco. (Munanga, 1988).

No Brasil, alguns estudiosos aderiram à idéia de raças superiores e raças inferiores, e qualquer diferença entre colonizador e colonizado era interpretada em termos de superioridade e inferioridade. Nina Rodrigues (1894) afirmava, de maneira arbitrária, as idéias dos europeus a respeito dos negros e sustentava tese de que as raças inferiores – negros e índios – bem como os mestiços, não poderiam ter o mesmo tratamento no código penal, pois teriam mentalidade infantil, de forma que não deveriam ser tão responsáveis quanto as raças superiores. Com base em Spencer, Nina Rodrigues vai atribuir esta infantilidade ao tamanho do cérebro do negro (Dante, 1983).

A perspectiva apresentada por Nina Rodrigues ainda vai mais além, quando até mesmo o mestiço é denominado de desequilibrado, outorgando a mesma condição ao povo brasileiro, por consequência. Escreve Nina:

“A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo” (Rodrigues apud Dante 1983).

Outro brasileiro que se destacou na sua leitura acerca do negro, abordando aspectos semelhantes aos de Nina Rodrigues, foi Francisco José de Oliveira Viana. Ambos acreditavam no determinismo biológico, ou seja, o fato de ser negro, ter a pele escura lhe submetia a uma condição inferior e sobre este incorriam diversos outros pontos negativos. A raça superior também era vista como a mais forte. Os negros jamais atingiriam o mesmo desenvolvimento dos brancos. Essa idéia se respaldava no evolucionismo do século XIX.

Dentro da perspectiva evolucionista, tanto Viana quanto Nina, estabelecem uma escala evolutiva entre os próprios negros. Os bantos eram menos desenvolvidos que os Sudaneses, os maometanos já alfabetizados na África estariam numa condição um pouco mais avançada. Esta escala se dava também entre os mestiços. (Dante, 1983:239).

A presença das comunidades negras no Ocidente e no Brasil, em particular, não é somente uma questão da imigração inicial dos povos negros. Foi a necessidade da economia capitalista de ampliar sua força de trabalho ou aumentando a classe trabalhadora. Os trabalhos que estavam disponíveis eram mal remunerados e de baixo status, e, portanto na base da hierarquia de classe, isto nos países ocidentais que não adotaram a escravidão do negro, o que não foi o caso do Brasil.

Existe uma ligação muito estreita entre classe e raça. Realmente, o racismo pode ser visto como uma ideologia que divide a classe trabalhadora colocando trabalhador contra trabalhador e daí contribuindo para a continuação do capitalismo, ao desencorajar a solidariedade da classe trabalhadora. No entanto, é um erro ver a divisão social de raça como uma subcategoria de classe. Classe e raça articulam-se juntas; ou seja, elas são inter-relacionadas (Willians, 2000)

Classe é definida como um sistema de estratificação no qual a alocação desigual de recursos e oportunidades para o desenvolvimento social é apoiada por mitos culturais que naturalizam a desigualdade. Embora estas definições conceitualmente distintas, estão de maneira complicada e interessante. Segundo o autor, as questões de classe são geralmente dissimuladas em uma linguagem com significados e codificadas racialmente. Os estereótipos de raça são freqüentemente usados para reforçar um sistema de desigualdades de classe, enquanto os estereótipos de classe são usados para reforçar uma hierarquia racial (Willians, 2000).

Similarmente, Miles (1889), argumenta que contextualizando o impacto do racismo dentro das relações de classe tem de demonstrar as ligações com outras formas de opressão ou exclusão. Em resumo, o racismo não deveria ser considerado no vazio, separado dos fatores econômicos e de classe, mas também não deveria ser considerado como simplesmente um subproduto ou subcategoria na divisão social de classe.

Este debate segue paralelo ao que foi visto anteriormente, sobre o relacionamento entre capitalismo e patriarcado. Faz-se necessário considerar o terceiro aspecto do triângulo classe, gênero e raça.

A dinâmica e a maneira pela qual classe, raça e gênero afetam uma a outra é realmente complexa e multifacetada. E continuará sendo assim, uma vez que faz parte de um processo dinâmico, variável historicamente, longe de ser uma solução simples.

A tentativa de superar uma visão racista atribuída ao negro introduziu o cenário a concepção: etnia. Etnia pode ser entendida como sendo “Um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios” (BOBBIO, 1992).

De acordo com Storkey (1991), etnia pode ser definida como todas as características que vão formar a identidade cultural; origem, aparência física, língua, estrutura familiar, crença religiosa, política, alimentação, arte, música, literatura, atitudes em relação ao corpo, papéis de gênero, vestuário e educação.

O termo é particularmente significativo quando usado para descrever grupos minoritários dentro de uma sociedade, ou seja, minorias étnicas. Como sugere Storkey, vem sendo freqüentemente esquecido que todos os povos são étnicos, ou seja, pertencem a um grupo cultural, portanto tanto é impreciso quanto enganoso referir-se aos membros de minorias étnicas como étnicos ou povos étnicos. Isto sugere que ser um membro da maioria étnica é normal e, portanto, os membros de minorias étnicas são, por definição, divergentes. Isto é uma forma de racismo.

Mas etnia é apenas uma parte da situação ela não é a história toda. Etnia implica diferença, enquanto que a noção dominante que as Assistentes Sociais se deparam é aquela do déficit. Membros de minorias étnicas são freqüentemente percebidos como inferiores e são, por isso, submetidos à discriminação e daí, à opressão. Grupos de minorias são apresentadas, ideologicamente como biologicamente diferentes de e, por implicação, inferiores à maioria étnica. Deste modo, diferença étnica (caracterizada pela solidariedade, valores compartilhados e identidade cultural positivamente valorizadas) é constituída como inferioridade racial (caracterizada pela exclusão, marginalização e opressão). Portanto, é importante ver etnia e raça em sintonia com as diferenças culturais étnicas como instrumento político para reforçar o poder da maioria dominante, na medida em que estas diferenças sejam vistas como divergentes das normas etnocêntricas.

O fracasso em reconhecer esta mudança encoberta de etnia para raça serve para mascarar o racismo e suas influências sutis. A tentativa de assimilar os problemas raciais como étnicos geralmente leva à interpretação dos problemas raciais não como formas de conflito, mas como o benigno fenômeno da diferença (Rex, 1986).

Em resumo, países como a Inglaterra, Os Estados Unidos e outros países ocidentais são sociedades multiculturais, mas focalizam exclusivamente o modelo étnico cultural, sem levar em consideração a raça e isto é realmente um engano ingênuo. Raça não é uma categoria biológica, ela é processo social e político em que as diferenças étnicas são traduzidas dentro do déficit pseudobiológico racial. Dessa maneira, as sementes do racismo são semeadas. A discriminação contra os negros e minorias étnicas é legitimada com base em uma suposta inferioridade racial. (Thompson, 2001).

Para Cunha Junior (1998), as definições de etnia são variadas. Em suas pesquisas e estudos sobre o negro brasileiro, o autor argumenta que etnia tem um caráter político e depende da história construída do grupo social, não necessitando de uma língua ou território para a existência.

O termo etnia é absorvido por boa parte da comunidade científica em detrimento à raça, devido a toda a historicidade negativa e de dominação que recaía sobre os povos negros e o esvaziamento da sua base biológica. Como também às dificuldades de ligar as relações históricas com as culturais. Como foi citado acima, a utilização do termo raça sofreu diversas críticas. Agora, para muitos, etnia passa a ser o termo que será usado para se analisar os condicionamentos históricos impostos aos negros.

Um dos problemas com o conceito de etnia ocorre pela dificuldade de delimitar com precisão a sua fronteira. Entretanto, o conceito de etnia apresenta menos problemas que o conceito de raça, pois permite escapar dos critérios essencialmente biologizantes e ideologicamente construídos do conceito de raça posto como subdivisão da espécie humana (Cunha Junior, 1998).

As propostas de etnia como as de raça, apresentam problemas de interpretação e de instauração como conceituações que possibilitem instrumentalizar as abordagens dos diversos aspectos das relações étnicas. (Cunha Junior, Gomes, Santos, 2000).

Segundo GOMES (1995), por mais que a nova postura das ciências sociais seja uma contribuição para o avanço do estudo sobre relações raciais, justificando que etnia é o melhor termo a ser usado, devido à sua dimensão histórica e cultural, quando se discute a situação do negro na sociedade brasileira, raça ainda é o termo adotado que consegue dar a verdadeira dimensão do racismo existente, pois mesmo esvaziado do seu conteúdo biológico, socialmente é pelos atributos imputados à raça, que os negros são discriminados e sofrem preconceitos.

Postura semelhante é adotada por Alves (2002), quando se reporta a alguns sociólogos e ao movimento negro que optam pelo termo raça, por considerarem que a discriminação racial no Brasil se dá, não apenas pelos aspectos culturais dos representantes de diferentes etnias, mas sim pela relação que se faz entre esses aspectos e os atributos socialmente observáveis.

Tanto Gomes quanto Alves, recomendam e sugerem que se deve ter cuidado ao se trabalhar com o termo etnia, para não se realizar uma reflexão cultural das relações raciais, fazendo assim uma análise superficial do racismo presente no Brasil. Entretanto, o uso de etnia trabalhado por Cunha Jr. (2002), concilia as categorias históricas (economia, lutas de classe e ideologia) com as culturas de base africana, conduzindo a uma não superficialidade na análise do racismo.

Não é negada nas abordagens a importância de estudos que, a partir de uma perspectiva étnica, abordem a questão racial, na medida em que pode se resgatar a dimensão cultural e histórica dos povos estudados e, especificamente, focalizando o negro brasileiro.

Para Matiniello (1995), *“A raça não é senão uma modalidade, dentre outras, um caso particular de etnicidade, e que, por conseguinte, o estudo das relações raciais deve ser incluído no campo mais amplo das relações étnicas”*.

Oliveira (2002), na sua construção, permite a seguinte inferência, se raça está relacionada diretamente aos atributos físicos-biológicos e etnia aos aspectos culturais eles se completam, pois os aspectos cultural e o biológico são a base para caracterizar um grupo étnico.

Por conseguinte, observa-se que nas discussões envolvendo as questões raciais, o termo étnico-racial aparece associado nos autores pesquisados e o que se tentou sistematizar em torno do termo, foi que os aspectos físicos são usados para fazer hierarquizações e promover discriminações, preconceito e racismo.

As diferenças são produzidas historicamente e reproduzidas socialmente, tendo como base a cor da pele¹⁵ e as características físicas herdadas dos africanos. Essas diferenças não acontecem no abstrato, mas a partir de relações concretas, geradas e embasadas num sistema de classes, numa sociedade capitalista que produz e reproduz o racismo.

A discriminação racial é a manifestação do preconceito concretizada em comportamentos e atitudes, tendo como referência a inferioridade e negatividade do negro, que é difundida pelo branco. Para Ianni (1966), o preconceito racial é um processo constituído por determinados componentes ideológicos das relações sociais.

Tais manifestações de discriminação impedem ou dificultam a instauração e expansão de relações democráticas numa sociedade que não permite o avanço dos processos democráticos.

¹⁵ Sobre cor da pele ver: FRENETTE, Marco. Preto e branco: a importância da cor no Brasil. Publisher Brasil, São Paulo: 2000.

As discussões em torno das questões concebidas pela realidade imposta ao negro no Brasil (preconceito, discriminação racial e racismo), ainda carregam o peso de toda a construção e movimento histórico, originado pelos antropólogos físicos, e, apesar de todo adiantamento e esclarecimentos promovidos pelas ciências, a vida social ainda guarda na sua memória o que foi difundido há séculos, no passado e reproduzindo-se nas relações cotidianas. É uma ideologia que se reproduz facilmente e que está sempre ligada à dominação de um grupo sobre o outro. (Munanga apud Kenski, 2003:47).

Portanto, o racismo, que é um comportamento, uma ação resultante da aversão, com respeito a pessoas que possuem um pertencimento racial observável através de sinais tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc., está tão presente quanto no passado.

A luta dos movimentos negros é para superar e denunciar as raças que existem na cabeça das pessoas. O movimento negro não concebe raça com a perspectiva ideológica que a fundou, mas apresenta uma nova interpretação que se baseia na dimensão social e política. O termo raça, entendido aqui como raça social, rejeita o determinismo e passa a ser visto como um conceito relacional, pois se constitui histórica e culturalmente a partir das relações concretas.

Raça e gênero são categorias construídas socialmente e se reafirmam historicamente, transformando-se em práticas sociais que são orientadas pelo modo como a sociedade de classes está organizada.

Para promover formas de prática que sejam genuinamente emancipatórias é necessário tanto o uso da lei quanto seguir além nas questões das divisões sociais, poder e ideologia. É necessário, a fim de prevenir, reduzir ou erradicar a opressão que os assistentes sociais e o Serviço Social como profissão, procure desafiar os modelos e os processo de discriminação que gera, reforça ou legitima tal opressão. É neste sentido que a prática do serviço social precisa ser antidiscriminatória em relação ao gênero e raça.

As Assistentes Sociais precisam tomar consciência das diferenças étnicas e das trivialidades existente nos grupos minoritários, entre eles a mulher negra, ou seja, opressão, discriminação e relativa falta de poder. Em uma sociedade como a nossa, que é multi-racial e multi-cultural, necessário se faz procurar assegurar que os estudantes de Serviço Social, sejam preparados não somente para uma prática que tenha sensibilidade para os aspectos étnicos, mas para enfrentar o desafio institucional e outras formas de racismo. (Gehlen 2003).

É preciso também que os futuros profissionais em Serviço Social sejam preparados para combater certas formas de discriminação que fazem parte de um processo de estabelecer estas questões como fundamentais no treinamento e prática, parte essencial do currículo e no processo de avaliação e deve ser considerado como tal uma prática. Uma abordagem anti-discriminatória deveria ser considerada como uma questão regular e de alta prioridade na agenda do Serviço Social. (ibid)

Infelizmente, existe uma grande incompreensão e simplificação destas questões, como etnia, raça e gênero, na teoria e prática do Serviço Social.

2.3. Como se configura a realidade da mulher negra na atualidade

A realidade da mulher negra, no Brasil de hoje, manifesta uma extensão da sua situação vivida no período da escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país (SILVA, 2003).

“Ser mulher e negra no Brasil é a fórmula que garante a sua pobreza”
(Jornal a crítica, 2001).

Na atualidade, os negros brasileiros fazem parte da 5ª geração depois da abolição da escravidão. Dos 180 milhões de brasileiros, 45% são negros. No entanto, a maioria vive em condições de extrema pobreza morando nas periferias urbanas (favela), sem acesso a escolas de qualidade, à saúde, ao saneamento básico, aos direitos mais elementares. (MARTINELLE, 2003:30).

A pobreza no Brasil é feminina e negra, ou seja, a pobreza no Brasil tem cor. Existem dois países no território brasileiro: um país branco que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Primeiro Mundo, e um país negro, com IDH semelhante ao de países de quarto mundo. Carneiro (2003), atribui esta contradição à questão racial.

A distribuição injusta da riqueza no Brasil, de fato, está relacionado à questão racial e a essa distribuição desigual ainda adiciona-se a intercessão de gênero que, no contexto globalizado, agudiza o processo de feminização de pobreza¹⁶, especialmente da mulher negra.

A feminização da pobreza pode ser caracterizada na realidade das mulheres negras, a partir da dupla carga horária de trabalho que estas têm que desenvolver e por serem pobres e negras, este trabalho é desvalorizado, seus salários são baixos, sendo que 80% são empregadas domésticas e, destas, 60% não tem registro em carteira (Almeida, 1999).

As mulheres são forçadas a carregar sozinhas o peso da manutenção e sobrevivência da família (como no pós-abolição), ou por seus companheiros não terem emprego fixo, ou porque muitas vivem sozinhas, diante do abandono da família por parte do homem.

Além do trabalho excessivo, do cuidado com os filhos, as mulheres negras têm que lidar, no cotidiano, com o racismo e as questões de gênero, ou

¹⁶ Conforme: ANDERSON, J. La feminizacion de la pobreza in américa latina. Dialogo sur-norte. Peru-1994.

seja, “elas compõem o segmento social mais oprimido, discriminado e marginalizado socialmente” (Carneiro, 2001).

Para BERQUÓ (2001), a mulher negra é a mais pobre, com maior número de filhos, um grande contingente é de mulheres solteiras, chefes de família e são menos escolarizadas.

A educação na sociedade brasileira é a porta para uma possível mobilidade social e conseqüente visibilidade, mas a população negra não é atraída pelo projeto educacional vigente, no qual não existe uma distribuição igualitária de possibilidades, de oportunidades. É através da educação que se formulam e se repassam as ideologias que permeiam a sociedade que se identifica que a pobreza é produzida em níveis diferenciados.

Os indicadores sociais expressam isto com propriedade, pois o debate existente acerca das cotas revela que um jovem branco com 25 anos tem 2,3 anos de estudo a mais que um negro. Na época dos avós desses jovens, a distancia de estudo entre os grupos era a mesma. Um século de progresso não serviu para aproximar as raças. (MARTINS, 2003).

A possibilidade do encontro para superar as marcas da perversidade e as agruras do caminho percorrido pelo negro e, em particular, pela mulher negra, vem sendo esculpida com a sabedoria das mulheres negras, pobres, sem expressão social, anônimas buscando a sobrevivência com dignidade.

É no cotidiano que essas mulheres recuperam e constroem sua história, e organizadas informalmente elaboram uma nova concepção de poder.

3. CAPÍTULO: Gritando eco-lá ressoou aqui

Digo-lhes hoje, meus amigos, embora nos defrontemos com as dificuldades de hoje e de amanhã, que eu ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho norte americano.

Eu tenho um sonho de que um dia, esta nação se erguerá e viverá o verdadeiro significado de seus princípios: "Achamos que estas verdades são evidentes por elas mesmas, que todos os homens são criados iguais".

Eu tenho um sonho de que, um dia, nas rubras colinas da Geórgia, os filhos de antigos escravos e os filhos de antigos senhores de escravos poderão sentar-se juntos à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho de que, um dia, até mesmo o estado de Mississippi, um estado sufocado pelo calor da injustiça, será transformado num oásis de liberdade e justiça.

Eu tenho um sonho de que meus quatro filhinhos, um dia, viverão numa nação onde não serão julgados pela cor de sua pele e sim pelo conteúdo de seu caráter.

Quando deixarmos soar a liberdade, quando a deixarmos soar em cada povoação e em cada lugarejo, em cada estado e em cada cidade, poderemos acelerar o advento daquele dia em que todos os filhos de Deus, homens negros e homens brancos, judeus e cristãos, protestantes e católicos, poderão dar-se às mãos e cantar aquele antigo hino dos escravos um velho spiritual negro: “Livres, finalmente livres! Enfim livres! Graças a Deus, todo poderoso, finalmente estamos livres”. (O Mais belo salmo político – **Rev. Martin Luther King Jr**).

3.1. Desmistificando a favela

A origem da palavra favela é latina e começa a ser utilizado no início do século XX tendo como raiz a palavra fava, que é a semente de uma planta da família das leguminosas. Ela servia de alimento em período de seca no Nordeste.

A palavra também é encontrada na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em dezembro de 1902, como referência ao nome de arbusto, planta encontrada na região de Monte Santo, Bahia, onde se passou a saga de Canudos.

Na história do Rio de Janeiro, o próprio termo favela foi introduzido pelos baianos, no final do século XIX. A palavra teria sido trazida pelos combatentes da Companhia de Canudos, onde existiria uma colina com este nome (Gerson, 1954).

Esta pesquisa trata de forma positiva a palavra favela, a partir da analogia com o arbusto favela. A idéia de redimensionar a palavra foi inspirada no esforço exercido pelos movimentos negros durante décadas, de positivar o termo negro. Positivar a palavra favela a partir do arbusto, nos coloca em harmonia com os nossos antepassados que mantinham um estreito relacionamento com a natureza.

O arbusto é marcado por três características quais sejam: nasce em lugares íngrimes, improváveis de ter vida; quando cortado volta a nascer e, por fim, como planta que carrega favas atraí, mas ao mesmo tempo causa repulsa, por provocar urticária. Ao relacionar essas características da planta com a favela, enquanto território geograficamente demarcado, pode-se obter os seguintes aspectos:

Primeiro, as favelas surgem em espaços onde a vida se organiza com muita dificuldade, por serem localizadas em ladeiras, morros, na beira dos rios,

mangues, etc. Segundo, apesar das diversas tentativas de retirada das pessoas para vilas populares, o problema não se resolve, pois sempre surgem outras favelas, se apresentando como uma forma de resistência. Terceiro, a favela desperta curiosidades, porque apesar das dificuldades as pessoas anunciam alegria, força. Ao mesmo tempo, a favela incomoda, pois se apresenta como mostruário vivo das desigualdades presentes na sociedade brasileira.

O Brasil terminou o século XX com 3.905 favelas espalhadas pelo País. Sendo que, 135 destas se localizam em Pernambuco. Esses espaços são vistos como um conjunto constituído por um mínimo de 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia, seja ela pública ou particular. (ANDRADE, 2002: 18,19).

Um aspecto relevante para esta análise é que as favelas são formadas por um grande número de pessoas que sobrevivem em meio à pobreza. O local escolhido para este estudo pode ser caracterizado como favela.

À idéia de favela acrescenta-se a visão corriqueira da população de vê-la apenas como um espaço violento, imerso na prostituição, nas drogas e no crime organizado. Para SANTOS (2002), é grande o número de pessoas que vêm as grandes cidades como lugares perigosos e hostis.

Desta forma, a favela pode ser vista como um espaço onde homens, mulheres e crianças vivem resistindo às arbitrariedades do sistema globalizado, que se apresenta como agudizador desta situação, influenciando na cidade, com uma influência “subterrânea”, mas decisiva, capaz de forjar novas realidades sociais. (Carvalho, 1987 apud Velloso, 2003).

O nome de uma favela pode ter raízes religiosas, geográficas, poéticas, pode ser uma homenagem a uma personalidade importante, um agrado a um político, ou apenas uma brincadeira. Mas, seja qual for o fato motivador da nomeação, o nome escolhido tem sempre uma explicação, é fruto de muita

criatividade, mas nem sempre é motivo de orgulho dos moradores, pois com o tempo o nome vinga, se populariza e fica difícil voltar atrás. (Monteiro, 2003).

A favela objeto deste estudo denomina-se “Bola de Ouro” e localiza-se em Jaboatão dos Guararapes – PE; acomoda-se entre os conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco entre os Curados II,III,IV, sendo que a maior extensão localiza-se no Curado IV, com acesso à BR 232. Segundo depoimentos das moradoras entrevistadas, as mais antigas no local, não existe uma concordância quanto à origem do nome, como também este não é o único que a localidade recebeu, desde que surgiu há 16 anos atrás.

“Esse nome surgiu por causa de um campo onde os meninos e os homens jogavam bola. Eu acho normal, mas tem gente que não gosta”. (...) Quem deu esse nome, que eu não gosto muito, foi os meninos do apito, eu mesmo não digo que moro na Bola de Ouro, digo que moro na invasão”. (...) O nome daqui, no início era Parque Santana, depois Vila Esperança Emergente. Eu conhecia assim, mas agora é Bola de Ouro, ... balançando a cabeça negativamente”.¹⁷

A maioria dos moradores são do interior do Estado e vieram para a capital conseguir emprego e proporcionar aos filhos acesso a um estudo de melhor qualidade. Um outro fator observado é que muitos deixaram o interior para reencontrar parentes que tinham partido há muito tempo. Na favela, eles encontravam o apoio necessário para enfrentar a dura luta da sobrevivência na cidade hostil.

Segundo dados das entrevistas realizadas a terra ocupada é uma área remanescente da Cohab (Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco), pois quando os conjuntos habitacionais são construídos, as áreas verdes remanescentes, geralmente são ocupadas, porque os ocupantes

podem contar com a infraestrutura de transporte e equipamentos comunitários que foram construídos pela Cohab. Antes da ocupação era uma mata atlântica com bastante fruteiras, correntezas, ervas medicinais, pássaros e diversos animais.



Ainda hoje é possível ver bandos de sagüis, beija-flores, preguiças, cágados e tartarugas. Mas as correntezas se transformaram em canais onde correm a céu aberto os esgotos e fossas da favela construída.



Fotos 1 e 2: Vista panorâmica da comunidade e manancial de água
Fonte: Arquivo pessoal

É fácil perceber o lençol freático que é abundante na região devido à pureza da água encontrada em poços cavados a poucos metros.

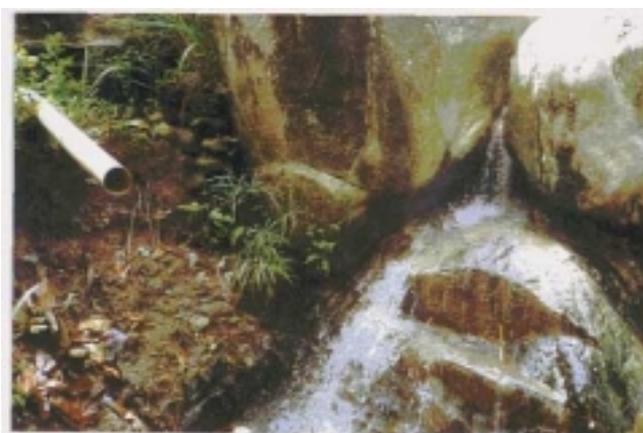
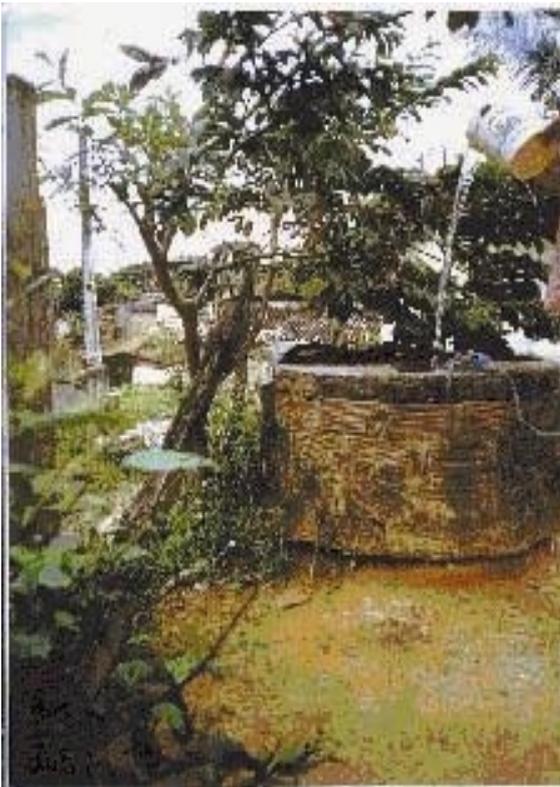


Foto 3: Queda de água poluída pelo esgoto.
Fonte: Arquivo pessoal.

¹⁷ Trechos da entrevista..

Algo que enche os olhos com sua beleza é ainda a quantidade de rochas que dão à área um ar irônico de segurança.

Foto 4: Formação rochosa encontrada em boa parte da comunidade
Fonte: Arquivo pessoal



Fotos 5 e 6: Poço e fluxo de água poluído
Fonte: Arquivo pessoal

Estima-se que exista na área cerca de 2.500 casas, a CELPE (Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco) cobra pela luz elétrica fornecida, mas a COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento e Esgoto), apesar da pressão da comunidade, não fornece água às casas. Como resultado de reivindicação e pressão, a COMPESA instalou 4 chafarizes¹⁸. Estes lugares se tornaram ponto de encontro das mulheres, que conversam sobre seus sonhos, dificuldades e onde, também informalmente, se organizam.



As construções são de diversas formas, mas predominam as casas de alvenaria. Contudo, encontramos barracos de taipa, tábuas e até plástico.

Foto 7: Construção de alvenaria.
Fonte: Arquivo pessoal

Em períodos de densas chuvas, boa parte da favela fica em alerta, pois o local pode ser representado pela figura de um funil e quem mora nas partes altas fica em situação de risco. No verão, a parte alta da favela sofre com a falta de água, pois a abundância de poços fica na parte baixa.

A área é marcada pela violência imposta pelo crime organizado, conectada com outras áreas de Jaboatão, que cumpre a triste façanha de atrair os adolescentes e jovens com promessas fáceis. Alguns morrem, muitas vezes pouco tempo após o ingresso no grupo ou são presos.

Segundo os dados coletados, a grande maioria dos adultos está desempregada, sobrevivendo de biscates. A chefia nas casas é majoritariamente feminina e isto é visível, diante do desemprego do companheiro, ou pelo abandono da casa.

As atividades de biscates desenvolvidas pelos homens são: pedreiro, ajudante de pedreiro, pintor, capinagem, eletricitista. As mulheres são empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras, costureiras e vendedoras de cosméticos.

Quando as mães saem para trabalhar, as crianças ficam aos cuidados dos irmãos (ãs) mais velhos (muitas vezes ainda crianças ou adolescentes) como também de uma tia ou da avó. As mães contam ainda com o olhar, sempre ocupado, das vizinhas.

“Quando eu saio para trabalhar às 5:30 e os meninos ficam com a avó, como ela já tá cansada, minha vizinha fica de vez em quando olhando”. (Trecho da entrevista)

Isso mostra que, na verdade, existe entre a população pobre e negra uma forte rede informal de lealdade unindo-as. As mulheres negras da favela incorporam grande parte desse poder informal, formando redes de sociabilidade. Marginalizadas na sociedade global, destituídas da cidadania e de identidade, elas criam novos canais de comunicação sócio-política. Esse tipo de sociabilidade, baseado em papéis improvisados tem sido ignorado pela nossa historiografia, por exemplo, nosso processo de urbanização está muito mais próximo das favelas do que dos modelos europeus urbanos do século XVIII e XIX (Dias, 1985 apud Velloso, 2003).

De onde vem essa força e essa capacidade organizativa das mulheres negras faveladas? Velloso (2003), observa que uma das decorrências da escravidão foi a fragmentação da família africana. Ao incorporar a mulher negra ao ciclo reprodutivo da família branca, inviabilizava-se para os escravos a

constituição do seu próprio espaço reprodutivo. Assim, aconteciam as relações precárias e efêmeras, ocorrendo muitas vezes à revelia dos próprios parceiros. Acabavam predominando interesses dos senhores, que era assegurar a reprodução de sua mão de obra.

A legislação escravista enfatizava a unidade “mães-filhos” preocupando-se mais com a separação dos filhos em relação à mãe do que ao pai ou à separação entre os próprios cônjuges. Neste contexto, a mãe negra acaba assumindo a responsabilidade da prole, já que os parceiros estão sempre de passagem (Giacomini, 1998).

Depois da abolição, essa situação pouco se modifica. Nas entrevistas as mulheres, em sua maioria, confirmaram essa idéia de “ter de se virar sozinha”, enquanto o companheiro ganhava o mundo. Cuidar de si e dos filhos era obrigação da mulher.

A favela Bola de Ouro apresenta um contraste, pois lembra, diante da quantidade de árvores e do clima, uma pequena cidade do interior, ao mesmo tempo tem traços reluzentes da vida urbana nas cidades, onde o desemprego é crônico, a pobreza é profunda e a vida é banalizada, institucionalizando a insegurança.

É nesse espaço contraditório e ambíguo que nascem crianças, idosas contam histórias, jovens se apaixonam e a vida segue seu rumo.

3.1.1 Favela - território de maioria negra: as solidariedades elementares.

No desenrolar desta investigação já foi explicitado que a maioria negra no Brasil é pobre. Este posicionamento é reforçado por LIMA e CUNHA (2000), quando dizem que os afrodescentes de pele mais escura se concentram majoritariamente nas posições menos qualificadas e lhes é atribuída menos

valorização financeira e social. Isto confirma que, sendo a maioria negra e pobre, são estes que irão habitar as favelas, em maior quantidade.

A favela Bola de Ouro será identificada, de modo peculiar, como **território de maioria negra**. Vê-a desta forma é olhá-la como um espaço onde a vida brota, se desenrola e resiste, ou seja, de acordo LIMA e CUNHA (2000), um espaço geográfico socialmente construído, onde se constitui uma realidade relacional centrada em processos, nos quais coisas e relações interagem e modificam-se, construindo e reconstruindo possibilidades de movimentos na sociedade.

A presença do negro nas favelas, ou seja, em um mesmo lugar, em cidades diferentes do Brasil, faz lembrar os modos de reagrupamentos dos negros no passado histórico, seja nos quilombos, seja na senzala. A solidariedade que um recém chegado vai encontrar nas favelas em geral, parece reproduzir à distância as solidariedades das cidades interioranas, e facilita a adaptação na cidade que o acolhe. Com o tempo, se constrói um discurso que transfigura e idealiza o passado¹⁹, confundindo, interligando em uma mesma entrevista, as lembranças da cidade do interior e a nova cidade. A favela simboliza, por sua vez, o desraizamento e um novo enraizamento; ela é o lugar que une a comunidade ao seu passado, espaço de vida, etapa indispensável, mesmo para aqueles que não se instalam de modo permanente.

Segundo Velloso (2003), uma das metas de projeto modernizador da República Brasileira era a obtenção da homogeneidade, fato que torna-se inflexível em relação a territorialidades culturais. Cidade sertaneja, aldeamento indígena, feira africana, foram expressões utilizadas pelas elites, referindo-se ao imaginário urbano. Dessa forma, a República não consegue oferecer as bases integrativas capazes de unificar a sociedade. Imigrantes nordestinos, índios, ciganos e negros são vistos como elementos indesejáveis, incapazes de serem absorvidos pela cidade moderna.

¹⁹ Isto explica o lirismo de algumas pessoas entrevistadas, que pode ser excessivo, mas que procuramos conservar, porque exprime esta transfiguração ou ligação com o passado.

Dentro deste contexto é que vai vivificar a idéia de pertencimento à favela , onde é clara para o grupo marginalizado a noção do “nós” e “eles”. O fato de pertencer a um espaço não traduz vínculos de propriedade, mas sim uma rede de relações. Esta rede é de tal forma interiorizada que acaba fazendo parte da própria identidade do indivíduo. Este sentimento é reforçado pela solidariedade fundamentada na troca de serviços, na oferta de ajuda.

“... quando eu cheguei aqui, à procura do meu tio foi difícil...(mas) a vizinha me deu água, sentei no terraço esperando porque o sol estava quente...(ela) foi de grande valia naquele momento de chegada, assim sem saber e sem ter o que comer...”²⁰

Isto reforça as relações entre as pessoas que vinham do interior, que tinham necessidade de códigos e hábitos de solidariedade.

“Cada vez que chovia, sempre tinha alguém preocupado com os moradores do alto da favela... era preciso ir contra a lama que descia do morro para ajudar a segurar as madeiras que sustentavam o barraco e a gente se juntava para evitar que se perdesse tudo...”²¹

Cada testemunho das moradoras exprime sua preocupação com o outro, com a vida da comunidade, há uma imagem nostálgica do passado em alusão à cidade do interior e a vida na favela, sob a forma de um chama e o outro responde.

Nas favelas, as relações sociais se estabelecem em torno das mulheres pelo fato de se agruparem através de pequenos trabalhos como vender doces e salgados, costurar, benzer ou “tirar olhado”, uma forma de solidariedade ditada pela religião e pela família.

²⁰ Trecho da entrevista.

²¹ Trecho da entrevista.

Nas camadas populares não se sustentava o modelo burguês de família, que delega à mulher o espaço da casa, a criação dos filhos e a submissão e, ao homem, o trabalho, a subsistência da família e o poder de iniciativa. Algumas vezes, entre os pobres, o casamento ou as parcerias funcionavam como um conjunto de entendimento e ajuda mútua, em que se buscava garantir a própria sobrevivência. O rompimento de uma relação era visto pelo homem pobre como uma desarticulação de seu modo de vida, com o agravamento de seus problemas de subsistência (Chalhoof, 1986, apud Velloso, 2003).

De modo geral, a mulher nas favelas busca o apoio de uma presença masculina, enquanto o homem desprovido de bens, troca esse apoio pelo próprio sustento. E quando o casal decidia imigrar para outra cidade, a mulher sempre procurava um local onde pudesse acionar a sua rede de conhecimentos, nas casas de parentes próximos ou distantes, de tias, primos, avós, vizinhos antigos. Era uma organização familiar específica, extensiva e não nuclear, não delimitada por laços consangüíneos. O referencial institucional cedia lugar à idéia de solidariedade e união. O parentesco estava ligado a idéia de solidariedade, tendo o mesmo significado no fim das contas, pois é comum que alguém assuma o papel de mãe, avó ou tia, sem sê-lo realmente.

“Quando chegava a festa de São João a gente procurava fazer quadrilha para a criançada e se reunia todos na casa de..... que era avó de , porque tinha uma área grande...(ela) era chamada de vó pelos meninos...Porque sempre tinha confeito... e lá a gente se reunia pra conversar também :.. (Trecho da entrevista).

“Nos dias de carnaval a gente preparava as roupas do maracatu e saía daqui, todos felizes, a gente brinca os três dias e entra pela quarta de cinzas”.

O depoimento deixa clara a idéia de uma outra família, cuja casa aglutina energia e onde se dava a socialização dos grupos; o que importa era fazer crescer e fortalecer a rede de organização informal na comunidade negra favelada, a concentração de esforços no espaço pequeno era uma necessidade

ditada pela própria sobrevivência. Fica a idéia da família como “valor territorial” , que concentra no coletivo qualidades que raramente são atributos de um indivíduo (Mafesoli,1984 apud Velloso, 2003).

Para SANTOS (2002), o território é dinâmico, vivo, onde a sociedade incide sobre o território, e este, sobre a sociedade. Diante do exposto e guiados pelo propósito em questão pode-se afirmar que a favela, enquanto território de maioria negra se relaciona com a sociedade, e esta, com a favela.

Nas falas das mulheres entrevistadas esta relação pode ser identificada, quando estas, analisam o desemprego, a falta de administração política e o não acesso à educação como sendo as causas da violência e da fome presentes no cotidiano da favela. Esses aspectos identificados pelas mulheres são de fato questões ocasionadas pela macro estrutura presente na sociedade, cujos rebatimentos incidem de maneira devastadora sobre a favela.

“O problema da favela é a falta de emprego e de uma boa administração por parte dos políticos... o problema é a falta de estudo e na falta disso se termina roubando... (trechos das entrevistas).

Nessa realidade de maioria negra, o racismo que permeia toda sociedade é percebido e sentido pelas mulheres e, segundo as entrevistadas, agudiza a situação ocasionada pelo desemprego.

“O racismo atrapalha muito a nossa vida... é um crime hediondo. As pessoas não podem ser colocadas pra baixo... o racismo não deveria fazer parte da vida”. (Trechos das entrevistas).

3.2. Espaço de organização e luta

Enquanto um espaço vivo e dinâmico e construído socialmente, a favela é entendida pelos seus moradores que não se acomodam à realidade posta e imposta. Uma das entrevistadas diz: *“a favela é um lugar que eu adoro morar. Eu não me vejo morando em outro lugar é aqui que eu tô fazendo a minha história e a da minha família”*. Complementando esta colocação outra diz: *“é um esconderijo um lugar onde todos falam a mesma linguagem, é um lugar que precisa ser transformado, porque morar na favela não significa apenas morar num barraco”*.

Construir a história, a partir do seu lugar e transformá-lo, não o tendo representado apenas como um “barraco”, inspira a olhar a favela como um quilombo urbano, um território historicamente construído como forma de resistência. Um lugar onde a vida se organiza dialeticamente em contraposição ao sistema sócio econômico de empobrecimento. Para OLIVEIRA (2001), uma das marcas das lutas sociais do século XX foi a insistência na organização popular, sendo por meio da organização que a mudança pode ocorrer.

A favela se organiza para o enfrentamento das situações oriundas da ambição daqueles que detêm o poder e a riqueza geradora da pobreza. Organiza-se de um jeito peculiar que foi denominado no início deste trabalho de organização informal. E essa forma de organizar o cotidiano é percebida e expressa nas seguintes declarações:

“A gente vive na favela, não tem salário fixo, mas ajudamos uns aos outros. A gente divide a comida com os filhos uma das outras. Prestamos atenção em quem quer alguém pra fazer faxina e aí corremos e contamos umas pras outras. Tem o caso de uma avó que espancava a criança aí a gente se reuniu foi lá conversar como ele”.

“Quando vim morar aqui todos me serviram, principalmente com água, que eu não tinha. A gente se organiza para ajudar e ser ajudada, né, mulher? Quando o barraco de caiu ela estava grávida, foi no meio da noite e a gente arrumou logo um lugar para ela ficar, todo mundo correu, arrumou plástico para garantir que o resto não caísse”.

“A gente tem um barraco muito pequeno e quando falou que ocuparia aquela terra, eu e as outras mulheres fomos logo pra organização, participei das reuniões e foi um ajudando o outro”.

Nas declarações pode-se identificar características essenciais à organização informal, quais sejam, a solidariedade e a espontaneidade, expressas no ato de ajudar e a criatividade que surge, a partir da demanda da realidade. O espaço tido como um lugar pestilencial por exibir a miséria, enquanto retrato vivo dos contratos sociais, é apresentado, neste momento, como um espaço contraditório mas, segundo SANTOS (2002), como os homens, mudam os lugares também e, com ele, seus significados.

As mulheres entrevistadas têm consciência das necessidades e dos muitos sofrimentos que enfrentam cotidianamente, desde em época que eram meninas, mas como cidadãs, pois todas, contraditoriamente, assim se nomeiam, vêem-se com direitos. Desta forma, não amaldiçoam o lugar onde vivem, mas desejam melhorá-lo e *“como os políticos não fazem nada, a gente arregaça as mangas e faz; não é a mesma coisa, mas...”*.

Esta experiência cotidiana das mulheres negras constata que elas têm conhecimento da existência dos direitos existentes na Constituição. Por isto, suas colocações denunciam que a lei só vigora para uns poucos, pois se sentem privadas dos direitos mais elementares, como acesso a melhor qualidade de vida, à igualdade de direitos e à dignidade que são necessidades assimiladas e desejadas pelas mulheres. Contrárias a tudo isto, estas se afirmam negras e batalhadoras, a força das suas colocações pode ser observada nos fragmentos abaixo:

“Ser mulher e ter vindo de uma raça negra... é ter garra, força de vontade... significa ter orgulho... é ter personalidade... ser batalhadora para viver, sentir prazer... é ter orgulho da herança dos nossos antepassados e da sua história”.

Luta é uma palavra muito presente nas falas das mulheres. Viver é lutar, lutar para comer, estudar. Até se divertir está relacionado à luta.

“lutar junto com as pessoas, porque a gente acredita que uma andorinha só não faz verão e nós somos e temos um povo bem inteligente”.

“Minha luta é porque eu me vejo sem nada nessa vida pobre, as minhas filhas já não agüentam mais essa vida.” Minha maior luta é trabalhar para poder comer, vestir se divertir, ah... se divertir é uma luta”.

O cotidiano das mulheres negras não é mera repetição e rotina como já foi dito anteriormente, é dinâmico e vivo. Isso ocorre, porque diante da necessidade de ter que sobreviver precisa-se dar ao dia um formato de acordo com a demanda e para obter uma resposta eficaz requer muita disposição. O relato abaixo demonstra que, para garantir o bem estar dos filhos (as), netos(as) elas vão à luta e transformam o dia em bastante movimento criativo.

“O dia é assim, tem que ser inteligente e esperto para saber lidar com o pouco que tem, para que não falte e correr atrás pra conseguir mais, se virar de qualquer jeito para que não falte. Só não pode roubar!”.

A busca pela sobrevivência diária esbarra no racismo, assim como, nas questões relacionadas ao gênero e as mulheres apontam isto atrelado a um certo cansaço de, apesar de todas as dificuldades que elas enfrentam, ainda ter que lidar com questões que elas entendem como fraquezas, que as pessoas não sabem administrar e como algo triste e desnecessário.

Uma questão que fica evidenciada é que o racismo para as mulheres é sentido a partir da cor da pele. Todas afirmam perceber as diferenças com que são tratadas com base na cor de sua pele escura. E isto, segundo elas, é sentido em todos os espaços que elas circulam.

Diante do preconceito e de toda a discriminação sofrida pelas mulheres negras, estas não desanimam. Se organizam espontaneamente e com solidariedade e criatividade vão construindo a história de suas vidas e participando da história daqueles que estão ao seu redor.

Para BENTO (1998), só poderá expressar com propriedade sua realidade, aquele que a sente, que a vivencia. As mulheres negras faveladas sabem o que é viver alheias aos direitos sociais, sabem que a declaração de que todos os seres humanos possuem direitos iguais, não basta para que elas desfrutem deles, na vida cotidiana.

Em meio à privação e à luta para ter o essencial, as mulheres sonham timidamente, mas sonham prioritariamente para os seus filhos e filhas. O que importa é dar melhor condição de vida aos filhos. De acordo com DUMAIS (1996), esta atitude por parte das mulheres, em geral, se deve à forma como foram tradicionalmente educadas, no seu papel de mãe e dona de casa. Desta forma, elas não têm sonhos para si, senão trabalhar para favorecer à prole aquilo que não tiveram, na esperança de não vê-los caminharem pelos mesmos caminhos pedregosos que machucaram seus pés durante toda vida.

“Sonho de ver minhas filhas estudando, terminando os estudos e arrumar um casamento que tenham sorte no mundo”.

“Meu sonho é ver os meus filhos livres de todo aporreio que eu tive e tenho na minha vida”

“Eu trabalho, ralo, mas quero que minhas filhas tenham estudo e possam trabalhar, ter segurança, sabe? Elas são tudo pra mim”.

As mulheres negras faveladas desenvolvem no seu dia a dia a solidariedade e evidenciam a necessidade de unir forças com a finalidade de abrir caminhos em direção ao futuro.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Verificou-se no decorrer deste estudo, a necessidade de registrar que toda e qualquer conclusão é sempre provisória. Esta atitude não se ampara na ilegitimidade do que foi constatado. Mas que a realidade social na sua dinamicidade está sempre motivando diferentes reflexões acerca do mesmo tema. Considerando ainda, que o conhecimento está sempre sujeito a reformulações.

Diversas questões emergiram no decorrer desta investigação, as quais serão retomadas. Como já foi dito anteriormente, elas não terão caráter definitivo.

O estudo se propôs a realizar uma análise das formas de organizações informais no cotidiano das mulheres negras moradoras da favela Bola de Ouro, enquanto território de maioria negra e as mudanças sociais decorrentes desse processo.

O sentido dado aos fatos, gestos, pensamentos de uma população depende hoje de uma grande parte de sua adequação ao projeto técnico da modernidade. Esta adequação, se ela é realizada no interior da sociedade civil, nunca é total. E por trás da aparente coesão social, apresentam-se sempre mais conflitos, insatisfações, vidas mal vividas, trabalhos não concluídos, remoção de habitações, saúde deficitária, nascidos das contradições inerentes a um projeto global que se revela de pouco uso popular. Sem ser tomadores de decisões, bom número de cidadãos não deixam de ser menos atores, em um certo nível de decisão, nem que seja a nível familiar.

Eles podem perfeitamente encontrar os meios de ser os atores e tomadores de decisão de uma “mudança própria”, de si mesmo, uma micro mudança que vai transformar sua vida cotidiana, e pode acabar talvez por perturbar o impassível poder, talvez mesmo o transformar. Afinal de contas,

depois de longas batalhas ou graças a surpreendentes cumplicidades, grandes e pequenos atores de mudança acabam por se associar.

Os campos de batalha de nossa modernidade não estão nas planícies, nem nas montanhas, e nem mesmo nas usinas, mas nos centros urbanos, nos subúrbios, nas favelas. Hoje o terreno que favorece os atores da mudança tornou-se urbano.

Na sociedade contemporânea, altamente urbanizada, o local, o emergente, a ação concreta vem tendo atualmente uma atenção renovada. Este processo é definido, por sua vez, pela sua relação com a modernidade e a técnica, ou seja, pelo progresso e pela ciência, não como história e conhecimento, mas como ideologia (Habermas, 1973).

A realidade urbana está determinada pelas relações sociais, diversas e antagônicas que nela existem, as relações que nascem, se fundem e se desmancham, as pessoas que se encontram, se afrontam e/ou colaboram. As formas que estas relações sociais tomam e a maneira pela qual essas evoluem com o tempo dependem, uma grande parte, do pertencimento dos atores a um gênero, uma classe social, uma raça particular que dá a toda interação social sua 'cultura', lhe atribuindo o essencial dos seus sinais, símbolos, valores, conhecimentos, dinamizando as funções múltiplas da vida coletiva urbana (econômica, política, artística, científica...).

Estas dimensões interdependentes da realidade organizam o espaço da cidade, mas definem também estes que subsistem de sua estrutura, organização e relações sociais. Em um duplo movimento que é próprio da sociedade contemporânea, os dados sociais são assim, por sua vez, constantemente reproduzidos e mudados. O urbano, mais móvel que toda a outra expressão das constâncias e incertezas do homem, é também um conjunto de coisas permanentes e efêmeras, de continuidades e de rupturas, que é importante recuperar, tanto as eleições livres, ou a abolição da

escravatura, quanto os detalhes, o cotidiano, as rotinas e aparência medíocre das coisas da vida.

A banalidade da existência das organizações informais das mulheres negras em uma favela, por exemplo, suas dores, seus silêncios, mascaram ou preparam algumas vezes, explosões sociais singulares. É que a vida coletiva muda tanto quanto as suas partes no seu conjunto.

Assim, o urbano, dentro dele, a favela, soma aleatória de organizações e de mudanças – mudanças de organizações e organização da mudança – é por sua vez sincronia e diacronia. Não se pode deixar de associá-los. Este princípio vale para tudo – para a cidade inteira como também para seus componentes tomados isoladamente e, especialmente, suas favelas.

Portanto, necessário se faz escutar as “vozes do silêncio”, de fazer falar estes grupos que representam camadas inteiras da população desprezadas do mundo, os marginalizados e confinados no silêncio, voluntariamente ou não, por aqueles que detêm o saber oficial e o poder (Sauquet, 1991).

Cotidianamente, concretamente, e freqüentemente com dificuldades, os atores geralmente considerados como figurantes da história, se encarregam das revoluções minúsculas e das retificações elementares e necessárias a seu meio ambiente construído.

Neste estudo, evidenciou-se que a favela é, na atualidade, uma extensão da senzala para a maioria dos negros brasileiros, no sentido de que se sentem excluídos, mesmo sendo livres. O cotidiano na vida da favela não é dominado pela rotina, mas pelo movimento pela sobrevivência e para dar ao lugar um significado positivo não como quem só tem essa alternativa, mas como quem aprendeu a valorizar o espaço onde vive. E é nesse espaço que os sonhos brotam e de maneira fértil fertilizam a vida.

Com base na trajetória traçada constatou-se que:

1. Mesmo diante da pobreza a que é submetida, a mulher negra continua se afirmando, enquanto mulher e negra, procurando manter uma imagem positiva de si mesma.

2. Os depoimentos revelam a complexidade da questão racial diante da produção e reprodução do racismo no cotidiano. Como também dão visibilidade à luta e à resistência das mulheres negras.

3. O desafio de construir uma imagem positiva da favela não está desatrelado da sua auto-imagem.

4. O racismo e as desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas socialmente. As mulheres entrevistadas expressam o desejo de que haja uma desconstrução desta realidade. Esse processo desafiador e conflituoso revela que ainda é muito pequena a parcela que se coloca à disposição, pois a maioria está despreparada para lidar com esta questão.

5. A organização informal é uma saída freqüentemente acionada pelos moradores da favela se apresentando como uma forma de resistência e mudança social.

Algumas questões foram suscitadas que serão lançadas para o Serviço Social no Brasil.

O Serviço Social tem considerado a importância de se promover estudos e pesquisas enfatizando as relações raciais e de gênero, a partir de uma prática anti-discriminatória e anti-racista ?

Quais os estudos que têm lançado o olhar sobre as favelas, uma vez que, têm crescido numericamente e, conseqüentemente, onde se agrega a maioria dos seus usuários?

Falar em relações raciais, de gênero e o cotidiano das favelas, discutindo a luta dos negros, que são maioria pobre, é dar visibilidade aos sujeitos sociais e, isto, implica um trabalho sistemático e de profundidade. Implica uma nova postura profissional que desafie a olhar as situações acima citadas para além da aparência e do já anunciado. É incluir nos currículos e nas análises sobre a profissão, os processos que dão veracidade à dinâmica social.

Uma das maiores implicações para o Serviço Social é a necessidade de repensar a teoria do Serviço Social que tem uma base de orientação masculina e dominada pelos homens. Não é possível compreender o mundo pessoal ou social sem considerar as perspectivas de gênero, classe e raça. Como profissionais seria adequado, para uma intervenção apropriada ou justa na vida das pessoas, que houvesse sensibilidade ao modo pelo qual as mulheres estão em desvantagem devido a uma distribuição de poder desigual, no qual ambos, homens e mulheres estão sendo coagidos por um rígido e falsamente dicotomizado, papel e expectativas de relacionamento (Gehlen, 2003).

Os usuários dos serviços sociais apresentam não somente complexidades culturais como também o profundo efeito do racismo. A ligação entre pobreza e os problemas vivenciados pelas mulheres negras necessita ser documentada e o fato destas mulheres constituírem uma maioria usuária do Serviço Social, acrescenta um peso na tese da feminização da pobreza. Em 1995, 70% das pessoas mais pobres do mundo eram mulheres. (Gehlen, 2003)²².

É preciso que o Serviço Social desenvolva uma abordagem crítica, que questione e desafie as suposições cotidianas e, desse modo, consiga entender o que está por baixo do brilho superficial da normalidade.

As declarações das mulheres mostram a difícil tarefa de sobreviver na sociedade brasileira ao se esforçar para romper com as seqüelas ocasionadas pelo racismo. O racismo, as desigualdades de gênero, a vida dura na favela não têm conseguido apagar a dignidade das mulheres negras, que em meio a este processo devastador continuam, com firmeza e coragem, lutando pela sua identidade racial.

E, sem desanimar, elas animam as outras:

“É preciso romper com o que a sociedade diz. É muito difícil você levantar a estima dos outros quando você ainda está em tratamento com a sua própria estima. É também ajudar as pessoas a refletir que pode ir além, que ele não é só aquilo, que ele não é só um pobre lascado, um coitado. Ele pode se esforçar, que não é fácil, mas que é possível sonhar e tornar o sonho real”.

A colocação acima motiva o seguinte desejo: Que as mulheres, os homens, independente de cor, sexo, profissão e religião, possam encontrar no depoimento acima o eco para sua própria busca de direitos.

²² United Nations. Platform for action and the Beijing Declaration, N,Y, United Nation (1996).

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *In: Dossiê racismo*. Novos estudos N. 4. São Paulo : CEBRAP.,1995.

ALVES, Marlucy Paraíso. Currículo, etnia e poder: o silêncio que discrimina. Disponível em: < [Http://www.ufrgs.br/faced/gt](http://www.ufrgs.br/faced/gt) >. Acesso em: 30 maio 2002.

ANDRADE, Eliane Martins de. Favelização e lixo doméstico: Um caso de conscientização ambiental. Recife: 2002.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Os nós da esterelização. Recife: 1997.

ANDRADE, Manoel Coréia de. Abolição e reforma agrária. São Paulo: Ática, 1997.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *In: Crítica marxista*, número 11. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARAÚJO, M. José de Oliveira. Reflexões sobre a saúde da mulher negra e o movimento feminista. *In: Jornal da Redesaúde*, número 23. São Paulo: 2001.

ARNT,Ricardo. NETO, Ricardo, Bonalume. A cara de Zumbi. Revista Super Interessante. Ano 9. nº 11,1995.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, UNESP, 2001.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. *In: O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: Um instigante desafio*. Número 1. São Paulo: NEPI,1994.

BALLESTEROS, Glória Patrícia Lerma. Limites e possibilidades da lei de comunidades negras na Colômbia (lei 70 de 1993) Recife:1998.

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. *In:* Capacitação em Serviço Social. Módulo 4: o trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: Unb, centro de educação aberta, continuada a distância, 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em preto e branco. São Paulo : Ática,1998.

BERGMANN, Michel. Nasce um povo. Rio de Janeiro: Vozes, 1964.

BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRANDÃO, Deolinda de Paula Cunha. Mulheres produtoras: o perfil do grupo chama viva . Recife: 1997.

BRANT,Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: A emergência das classes populares em São Paulo. *In:* São Paulo: O povo em Movimento. São Paulo: Brasileira de Ciências Ltda, 1980.

BUENO, Francisco da Silveira. Grande dicionário etimológico prosódico da Língua Portuguesa. São Paulo: Brasília Limitada, 1974.

CALIÓ, Sônia Alves. Pensar o espaço público urbano também para as mulheres: a experiência de Santo André (São Paulo) *In: Gênero e políticas públicas*. Boletim nº 18. São Paulo: 1996.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. Estudos feministas. 2000.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. *In: Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira*. São Paulo: 2001.

_____. **Gênero e raça.** Seminário feminino face ao dilema da sociedade brasileira. São Paulo: 2001.

_____. Reportagem com o Movimento Negro Unificado. Disponível em: <<http://www.afirma.inf.br>> . Acesso em: 25 fev. 2003.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminino marxista mais que um gênero em tempos neoliberais. *In: Crítica marxista nº 11*. São Paulo: Boi tempo, 2001.

CARRUTHERS, Iva E. A igreja e reparações: uma perspectiva afro-americana. Orita, 2001.

CHASTITKO, Piotr. Racismo e imperialismo. Lisboa: Estampa, 1974.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

CLEMENTE, Flávia da Silva, FERREIRA, Marilene Maria. Raça e Serviço Social. Recife: 1998.

CORREIA, Tânia Maria da Silva. LEMBA ODU: práticas informacionais no contexto do Movimento Negro na cidade de João Pessoa - PB, J. Pessoa: 1999.

CUNHA Jr, Henrique. O ensino da história Africana. Disponível em <[Http://www.geocities.com.br](http://www.geocities.com.br)> . Acesso em : 07 abr. 2003.

_____. Afrodescendência, pluriculturalismo e educação. Pátio. Ano 2, n.6, 1998.

_____. Africanidades, afrodescendência e educação. *In: Debates, educação, direito e cidadania*. TV escola, Dez.2001.

_____ Texto para o Movimento Negro. São Paulo: EDICON, 1992.

CUNHA Jr, Henrique. GOMES, Ana Beatriz Souza. SANTOS, José Antônio. A educação dos afrodescendentes na visão dos movimentos negros. 2000.

CUNHA, Euclides. Os sertões. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DANTE, Moreira Leite. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Pioneira, 1983.

DUMAIS, Monique. Os direitos das mulheres. São Paulo: Paulinas, 1996.

ERICKSON, Vitória Lee. Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião. São Paulo: Paulinas, 1996.

FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam. Gênero e desigualdade. Caderno Sempre Viva. São Paulo: SOF, 1997.

FISCHER, Izaura Rufino. MARQUES, Fernanda. Genêro e exclusão social. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Gilberto. Casa grande e Senzala. 23ª ed. Livraria José Olympio, 1984.

FORTES, Licéia Cianca. Grupos informais no contexto de uma biblioteca universitária. Revista Traus formação. V.8 nº 2. 1996.

FREITAS, Décio. A guerra dos escravos. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GEBARA, Ivone. A mobilidade da senzala feminina: Mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo: Paulinas, 2000.

_____. Rompendo o silêncio: Uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEHLEN, Vitória. Gênero na formação profissional do Assistente Social. In: Anais do 8 Congresso Brasileiro de Assistente Social. Salvador: 1995.

_____. Melhoria do habitat popular insalubre em zonas urbanas: estudo de caso na cidade do Recife. Recife: GAPP, 1999. Mimeografado.

GEHLEN, Vitória. CADENGUE, Hersília. Boa prática é uma prática anti-discriminatória – a introdução da questão de gênero, raça e etnia no curriculum do Serviço Social, GAP, 2003. Seminário preparatório para a disciplina eletiva: Gênero, Meio Ambiente e Políticas públicas do Departamento de Serviço Social da UFPE, Recife, 2003. Mimeografado.

GERSON, Brasil. Histórias da rua do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Souza, 1954.

GIACOMINI, Sônia Maria. Mulher escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ, Madel. O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. Reportagem do Movimento Negro Unificado. Disponível em: <[Http://www.afirma.inf.br](http://www.afirma.inf.br) >. Acesso em: 25 fev. 2003.

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Maza, 1995.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. In: Dossiê racismo. São Paulo: CEBRAP, 1995.

GUILLAUMIN, Colette. Relações de raça, relações naturais ou relações sócias? In: lês rapports sociaux et leius englix Fryssenet, Michel et Susanna Magri, CSU (Centro de sociologia vesaine) Paris, 1989 p 27-42.

GERALDO, Antônio da Cunha. Dicionário etmológico. Rio de Janeiro: Na fronteira da Língua portuguesa, 1999.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1972.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. O estranho horizonte da crítica feminina no Brasil. In: Vozes femininas, gênero, mediações e práticas de escrita. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2003.

Habermas, J. La technique et la science comme 'ideologie'. Paris: Gallimard, 1973.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Otávio. Raça e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KENSKI, Rafael. Vencendo na raça. *In: Super Interessante*. Abril. 2003.

KÄRNER. Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. *In: Uma revolução no cotidiano? Os movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KING, D. Multiple Jeopardy: The Context of a black feminist Ideology *in Jaggar and Rothen Berg*, 1993.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo: Cortez, 1993.

JORNAL DJUMBAI-1995.

JORNAL DO COMMERCIO 12/12/1999.

JORNAL A CRÍTICA - Manaus - 19 - 2001.

LIMA, Maria Batista e CUNHA Jr, Henrique. Repertórios culturais de base africana, identidade afrodescendentes e educação em Sergipe. Série pensamento negro em educação. Florianópolis: 2000.

LIMA. A. Barbosa. Participação social no cotidiano. São Paulo: Cortez, 1983.

LOVELL, Peggy A. Raça e gênero no Brasil. Lua nova n.35 –1995.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. Afonso. A pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1986.

MARX, Karl & Engels, F. O manifesto do partido comunista. 1848.

MARTINS, Roberto. Em defesa da política de cotas. Época. Globo, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. Cadernos do Núcleo de estudos e Pesquisa sobre Identidade _NEPI_da PUCSP, São Paulo: PUCSP, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. *In:* O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. Número 1. São Paulo: NEPI, 1994.

MARTINELLI, Flávia. A cor do Brasil. *In:* Criativa. São Paulo: Abril. 2003. p.30-35.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes *In:* Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTT, M^a Lúcia de Barros. Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Os Quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. *In: Cidade, povo, e poder.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORAES, Odalisca Cavalcanti de. Trilhas sinuosas no mundo feminino: o movimento de mulheres suas expressões de conflitos, Recife: 1998.

MOSER. C. La planificación de género y desarrollo: teoría, práctica y capacitación. Lima: Red entre mujeres, 1995.

MONTEIRO, Marcelo. Pequeno dicionário das favelas. Disponível em: [Http://www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br) > . Acesso em: 17 jun. 2003.

MITCHEL, Glenford & JORDAN, Daniel. O que é raça? – Disponível em: < <http://www.bahai.org.br/racial> > . Acesso em: 30 maio 2002.

MILLET, K. Sexual Politics, London, Rupert Hart-Davis, 1971.

MILES, R. Racism. London, Routledge, 1989.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Zahar _____

Negras querem todas na luta contra o racismo. Enfoque feminista. Número 7 - Ano IV - São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues, Elementos de análise organizacional; a essência de um estudo. *In: Cadernos de Serviço Social.* Volume 11, Recife: 1995.

OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue. Organização das mulheres e estratégias de sobrevivência no semi-árido nordestino. Recife, 2001.

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. O livro didático e o conceito de etnia. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/gt>> Acesso em: 30 maio 2002.

PERUZZO. Cecília Maria Krohling. Comunicação nos movimentos Populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PENA, Sérgio. Genoma Humano. Disponível em: <<Http://www.jbonline.terra.com.br>>. Acesso em: 25 maio 2003.

PEREIRA, Dulce Maria. Disponível em: <<Http://www.minc.gov.br/textos/olhar/culturanegra.ttlm>> . Acesso em 27 jul. 2002.

RAEDERS, Georges. O Conde de Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Raça e Política. Entrevista com Benedita da Silva *In:* Dossiê racismo. Novos estudos. CEBRAP. N. 4, São Paulo, 1995.

RAIMUNDO, Valdenice José. Mulheres e negras na contramão da história. *In:* Pastoral Urbana: a co-responsabilidade no Nordeste. Viçosa: Ultimato, 2002.

Revista: a escola na luta contra a discriminação. São Paulo: FDE, 1987.

REZENDE, Maria Valéria. Existe um lugar da mulher nos movimentos? Gaveta Aberta n. 1 Equip Mov. 1994.

REX, J. Race and ethnicity. London: Milton Keynes. Open Univesity Press. 1986.

Rocher, G. Introduction a la sociologie generale. Quebec: Hurtebise HMH, 1992.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RUFINO, Alzira. Uma retrospectiva histórica. São Paulo: 1987.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. *In: O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio.* Número 1. São Paulo: NEPI, 1994.

SADER, Eder. Movimentos sociais: notas para um debate. Caderno ABESS n. 2 . São Paulo: Cortez. 1998.

SAUQUET, M. Monde de diversité, droit 'a la communication et observatoires de la communication 'a la base- lê point sur le sous-programme DIV2 de la FPh, Paris: 1991.

SAFFIOTI, Heleieth. Posfácio: conceituando o gênero *In: Mulher brasileira é assim.* Brasília, DF: Rosa dos tempos: NIPAS; Rio de Janeiro: UNICEF, 1994.

_____. O poder do macho. São Paulo,: Moderna, 1987.

SANTANA, Cristiane e COSTA, M. Auxiliadora Borges. Envelhecimento e cidadania: O perfil dos idosos do grupo renascer do Centro de Saúde Agamenon Magalhães. Recife :1996.

SANTOS, Milton. Por uma globalização do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro : Record, 2003.

_____. O Brasil a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. São Paulo: E realidade. V.20,1995.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. Negro na rua: a nova face da escravidão. Rio de Janeiro : Hucitec, 1988.

SILVA, Maria Palmira. O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. Revista psicologia política. São Paulo: 2000.

SILVA, Marlise Vinagre. Serviço Social gênero e etnicidade: tecendo as primeiras aproximações. *In: Card. de comunicações do 8º CBAS.* Salvador: 1995.

SILVA. Maria Nilza da. A mulher negra. Disponível em: <[Http://www.adital.org.br](http://www.adital.org.br)> . Acesso em: 07 jul. 2003.

SOUZA, Maria Luiza de. A participação – componente conceitual do D. C. *In: Desenvolvimento de Comunidade.* São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, Tereza Cristina Vital de. Com a palavra o Movimento Negro. contestando o racismo e desmistificando a democracia racial. Recife: 1997.

TONET, Ivo. Educação cidadania e emancipação humana. Tese, 2001.

TOLEDO, Cecília. O gênero nos une a classe nos divide. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

THOMPSON, Neil. Anti-Discriminatory Practice. New York: Palgrave , 2001.

VICENTINI, Ana Maria. Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos gêneros na literatura crítica. *In: Cardenos de pesquisa em educação, Nº 70.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1989.

VELLOSO, Mônica. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *In.* Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2003.

WACQUANT, Loic J.D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no Gueto americano e na periferia urbana Francesa. *In.* Dossiê racismo. Novos estudos. N. 4. São Paulo: CEBRAP, 1995.

WARREN-SCHERER, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

WILLIAMS, J.E. Race and class: why all the confusion? *In.* **LANG, B** (ed) Race and Racism in Theory and practice. Oxford: Rowman and Littlefield, 2000.

<[Http://www.criola.org/html/mulher06.htm](http://www.criola.org/html/mulher06.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2003

ANEXOS

Negras Quilombolas, presente

"A luta contra a múltipla discriminação sofrida pela mulher Negra não deve ser vista apenas como apêndice do avanço de consciência provocado pelo movimento feminista. Também não se restringe à identificação e divulgação das heroínas negras que, no passado, tanto contribuíram no processo de libertação do povo negro, e que hoje constituem exemplos inegáveis de resistência de todo um povo.

Esta luta impõe-se como tarefa prioritária, porque a mulher negra está no centro de uma perversa articulação, que combina racismo e sexismo, para garantir sua inferiorização social".

"Heroínas de ontem e hoje"

Como enuncia o texto acima, transcrito do Programa de Ação do MNU, a organização das mulheres negras é uma realidade constante na história do povo negro e hoje está totalmente insentada na luta do Movimento Negro em busca de uma sociedade na qual diferenças raciais e sexuais não sejam justificativas de desigualdades sociais.

Já nos tempos da escravidão, quando representava um objeto produtor de bens de serviços e ao mesmo tempo uma pessoa geradora de prazer, a mulher negra constituía-se enquanto elemento central



do desmascaramento da hipocrisia da classe senhorial. Em seguida, no período pós-escravidão, restou à mulher negra a dura tarefa de constituir famílias, como é cobrado das mulheres em geral, e ao mesmo tempo garantir a sobrevivência, em muitos momentos sozinha, desta família. Exigência posta por uma sociedade marcada pelo racismo que joga no desemprego, subemprego e miséria absoluta a grande maioria dos descendentes de africanos neste país.

Neste sentido, é esta realidade de guerreira que nos leva a resgatar as heroínas negras do passado e referendá-las do presente. Não como forma de colecionar heroínas negras e datas mortas, que não transformam. A lembrança guerreira das de ontem e a identificação com as de hoje, nos tem levado a continuar na luta pela conquista de nossos direitos de ci-

dadãs comuns e descendentes de uma civilização milenar, possuidora de uma história de risos e lágrimas.

O Grupo de Trabalho Mulher - OMNIRA - do MNU/PE encerra mais um ano de luta, certas de que o AXÉ continua sendo mantido. O Movimento de Mulheres Negras é uma realidade não só para os negros organizados como para toda sociedade branca brasileira que continua com suas armas apontadas para nossas rostos, nossa sexualidade, nossos cabelos, nossa estética... que continua a tentar impedir nosso direito à vida, mantendo suas armas apontadas para nossos frutos uterinos e extra-uterinos.

Queremos deixar, aqui, marcado nosso compromisso com as de ontem e de hoje e com todos as ger das nos nossos ventres e nessa árdua caminhada rumo à uma sociedade quilombola.

Axé Quilombolas

Martha Rosa F. Queiroz

Poesia

Nem tudo está perdido

Nem tudo está perdido irmãos
nem tudo está perdido amadas
o sol voltará a nos trazer calor

Esta é a mensagem nova
que o poeta nos traz
Para que despireis para a luta
na hora de vossa angústia
irmãos e amadas do meu século!

Se os poderosos
cada vez mais escravizam,
os oprimidos
lutam por liberdade
É a maior esperança de libertação.

Nem tudo está perdido amigos
nem tudo está perdido camaradas

Há mediocres
imbecis
preconceituosos
mas é grande o número dos puros
dos simples
dos que creem no amor

A água não secou em todos os nos
nem todas as mulheres são estériles
se alguns ainda querem guerra
é grande a esperança de paz...

Nem tudo está perdido irmãos
nem tudo está perdido amadas

Solano Trindade

**Mulheres que fazem
parte da nossa história**

Mulheres em movimento

• **DEBATES NAS RÁDIOS:** O OMNIRA esteve presente no dia 08/11 em Debate na Rádio Clube e no dia 16/11 na Rádio Capibaribe. Aproveitamos o momento para convocar as companheiras negras a reagirem contra a violência racial e denunciarmos, como nos propomos, a máfia da exportação de mulheres negras, que tanto atinge nossa cidade.

• Muito gratificante estão sendo as discussões do OMNIRA com o grupo de mulheres do Morro da Conceição. Com a participação de todas ficará ainda melhor.

• **12ª NOITE DO CAFUNÉ: 8 HORAS DE SOM!** Um encontro com musicalidade negra Dia 04/12/93 às 22 horas no Mercado Eufrásio Barbosa/Olinda.

EXPEDIENTE

Boletim OMNIRA é uma publicação do Grupo de Trabalho de Mulheres Oprimidas do Movimento Negro Unificado/PE, CX. Postal 692, Redação: Alzaidé Simões, Crisina Vital e Vilma de Deus; Diagramação: Azeide Simões; Composição: Maria Rosa; Ilustração: Miguel Felício; Impressão: ETAPAS; Tiragem: 1000 exemplares; Preço: 453,2810. Agradecemos a especialidade: Mônica Oliveira (Revisão).

Rainha Tereza

Mulher negra que liderou o Quilombo de QUARITERÊ, no Mato Grosso.

Esse Quilombo, liderado pela rainha Tereza, vivia não apenas de suas lavouras, mas da produção de algodão que servia para vestir os habitantes do Quilombo e para funcionar como produto de troca com a região.

O Quilombo foi extinto em 1769, e sua destruição foi considerada um "ato de Heróismo" em Portugal a ponto do governo português almar, por carta, que considerava a capitania capaz de defender dos castelhanos "que não suponho nessa frenteira, muito mais fortes, nem melhor disciplinados que uma multidão de negros armados e resolutos".



Exibido da Cartão: "Mulher Negra 100 ANOS DEPOIS" da União de Mulheres do Nordeste de Aracaju, Salvador/BA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Ata da 17ª Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, aos vinte e oito dias do mês agosto de dois mil e três.

As dez horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e três, na sala de reunião nove do bloco "C" do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa de dissertação intitulada: "E Preciso Ter Raça as formas de organizações informais no cotidiano das mulheres negras da Favela Bola de Ouro - Território de maioria negra" de autoria de Valdenice José Raimunda, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do grau de mestre em Serviço Social. A Banca Examinadora, aprovada ad-referendum pela coordenadora do curso, professora Ana Elizabete Simões da Mota, Fernandes e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número 009566/2003-70, foi constituída por Professora Vitoria Regia Fernandes Gehlen/UFPE, Doutora em Planejamento Urbano e Regional, como orientadora e examinadora interna, Professora Mirian de Albuquerque Aquino/UFPE, Doutora em Educação, como examinadora externa, Professora Ana Cristina de Souza Vieira/UFPE, Doutora em Serviço Social, como examinadora interna, Professor José Policarpo Junior/UFPE, Doutor em Educação, como suplente externo e Professora Anita Alina Albuquerque Costa/UFPE, Doutora em Serviço Social, como suplente interna. Na qualidade de Orientadora, a Professora Vitoria Régia Fernandes Gehlen presidiu os trabalhos e após as devidas considerações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela banca examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu aprovar a dissertação, com as seguintes menções: Professora Vitoria Regia Fernandes Gehlen, aprovada com distinção; Professora Mirian de Albuquerque Aquino, aprovada com distinção; Professora Ana Cristina de Souza Vieira, aprovada com distinção. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 28 de agosto de 2003.

BANCA:

Profª Drª Vitoria Regia Fernandes Gehlen

Profª Drª Mirian de Albuquerque Aquino

Profª Drª Ana Cristina de Souza Vieira



Negritude

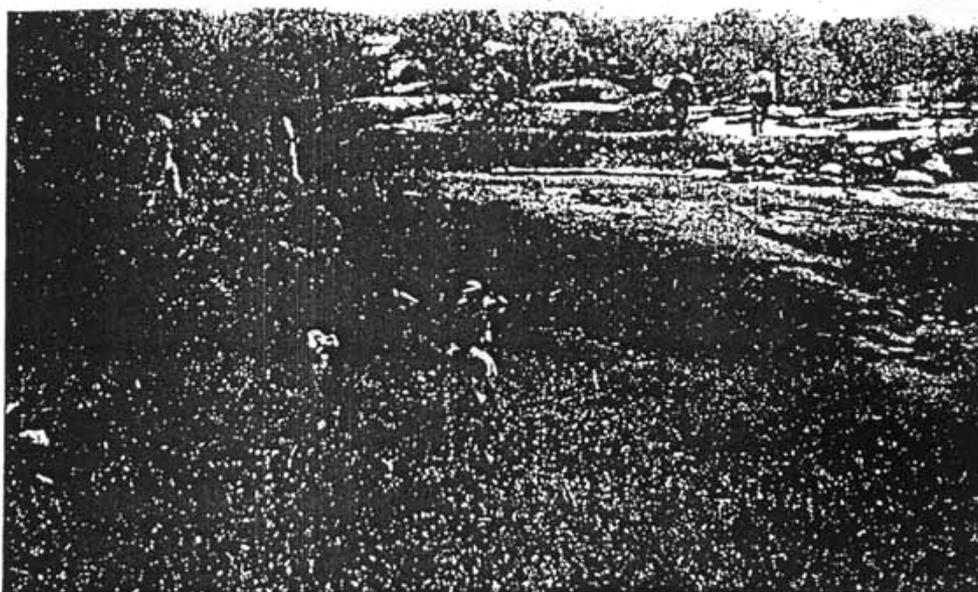
BOLETIM INFORMATIVO DO MNU-PE • Nº 6 • JULHO/AGOSTO/1993

CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS

Nossa chegada em Conceição das Crioulas se deu num momento muito importante para nós do MNU e a comunidade negra remanescente de Quilombos. As lideranças

da comunidade estão na luta pelo resgate da história local. Nossa relação com os negros "crioulos", como eles se auto denominam (nascidos em Conceição das Crioulas), está sendo uma valiosa troca de experiência. Identificando-se com a luta de todo povo negro, reivindicam um acompanhamento mais sistemático do MNU.

A comunidade de Conceição das Crioulas, está localizada a 42 Km de Salgueiro, no Sertão de Pernam-



buco. Um lugar que a seca castiga há pelo menos dois anos, sem trégua, e onde o povo é forte e resistente como mandacaru. Lá na Serra das Crioulas, nos sítios e na vila de Conceição, o nosso povo vive da agricultura, caça e do artesanato. Hoje, com a seca, descobriram uma nova alternativa de vida, a partir do trabalho de quebra-pedra (pedra sabão e pedra portuguesa), que vendem tanto a prefeitura de Salgueiro quanto aos visitantes.

"POVO RESISTENTE, POVO FORTE, POVO CRIATIVO E INTELIGENTE, É O NOSSO POVO, POVO NEGRO DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS".

É importante observar que o início da história dos Remanescentes de Quilombos de Salgueiro se deu há 200 anos, 300 anos atrás, quando seis mulheres (são lembrados alguns nomes como: Mendença Ferreira, Chica Ferreira, Francisca Presidente, Matilde, Augustinha Cabocla e outras) fugiram da

escravidão para se esconder numa serra e construir uma comunidade, que aos poucos foi crescendo, com as crioulas comandando tudo. Trabalhando descaroçando o algodão e fiando para vender no

Município de Flores/PE a 174 Km do reduto das crioulas. O dinheiro adquirido seria para pagar a terra arrendada e assim também foi negociada a sua escritura, que data de 1802.

AXÉ PARA TODAS AS MULHERES DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS E TODOS OS DESCENDENTES DE CRIoulos!

Lindivaldo Júnior



BOLETIM

OMNIRA

INFORMATIVO
GT. MULHER
MNU/PE

Nº 05 MAIO/94

MULHER NEGRA: Presente, passado e futuro

É impossível se falar da mulher negra, sem se reportar a fatos históricos, mantenedores desta sociedade cruel, que está sempre a coibir os direitos de qualquer cidadã ou cidadão negro. Pois é, colegas, amigas e irmãs, a história dos brancos, continua a nos esmagar de tal forma que ainda continuamos sem poder exercer nosso direito de ser mãe, direito também tolhido no período escravocrata, quando éramos obrigadas a abortar para poder amamentar e educar os filhos brancos da sinhazinha. Hoje, grande maioria das mulheres negras trabalham como domésticas, criando os que não são seus filhos e não podem ter os próprios para não perder o emprego.

Quando trabalham em empresas (indústria/comércio), são obrigadas a apresentar um atestado de laqueadura. Quando isto não é exigido, as empresas não têm creche, para

oferecer melhores condições aos filhos das empregadas, impossibilitando um acompanhamento educacional dos seus filhos e o salário é insuficiente para a compra desses serviços. A realidade das mulheres negras é que a maioria é responsável pela manutenção da família, sobretudo financeira.

Será que a sociedade evoluiu e as mulheres negras não acompanharam? Ou as mulheres negras avançaram e evoluíram e a sociedade insiste em não nos acompanhar? Vamos refletir sobre esta situação e nos unir ainda mais contra essa batalha racista que os brancos nos impõem. Nós somos a mãe do saber, mãe da luta a favor da igualdade de direitos, mãe de perseverança e principalmente a mãe da vitória.

O que será das crianças negras que estão nas ruas, das mães negras que não podem



Ilustração: Ane Rocha

educar seus filhos, das mães negras que não têm bons empregos ou emprego nenhum? Já que a sociedade branca determinou que o lugar da mulher negra é o de servir em todos os sentidos, e nunca usufruir da riqueza que produz; não será a nossa união (na construção de um projeto político do ponto de vista dos negros), uma alternativa à exclusão imposta?

Já tentaram nos exterminar de várias formas, mas resistimos através da luta. Não é agora que conseguirão. Depende muito de nós mulheres negras, conseguirmos ser bem atendidas nos postos de saúde e hospitais, procurar emprego sem o medo e a humilhação do item hipócrita e racista da "boa aparência", como também poder participar de forma efetiva na educação dos nossos filhos.

Não se iludam como a "princesa Isabel - a redentora", pois a "liberdade" que ela - enquanto mulher e mãe - nos legou, foi a rua, com nossos filhos sentindo fome e frio. Se

agarem e exaltem mulheres negras - que nos quilombos e revoltas -, foram mães dos seus filhos e dos filhos das companheiras negras. Elas sim, merecem ser sempre lembradas! Quantas Luiza Mahim (Revolta dos Malês), Aquilune e Dandara (Quilombo dos Palmares), Zeferina, Anastácia não se curvaram, nem calaram diante de um branco, e tantas outras que estão vivas na nossa história, como exemplos de luta do povo negro.

Você, mãe negra, que agora percebe a importância da sua raça. Você não é a mãe preta que as brancas sugaram e depois jogaram, você é a mãe preta - sublime ser de resistência da nossa raça.

Acreditar no seu potencial de poder transformar esta sociedade racista, é fazer jus a luta das negras guerreiras do nosso passado tão presente nos nossos dias.

MNU/PE
GT MULHER - OMNIRA
Adelaide Lima

Editorial

Olá companheiras e companheiros quilombolas!

Finalmente saiu nosso boletim nº 5. O atraso se deu pelo excesso das atividades no cotidiano e a insuficiência de militantes para supri-las. Como é do conhecimento de todos, o Boletim OMNIRA faz parte da Rede de Jornais Populares, uma articulação democrática, que traz ao público visões de mundo diferenciadas, possibilitando uma análise crítica da realidade.

Neste número trazemos a discussão acerca do dia do trabalho e como as(os) leitoras(es) podem observar, existem duas matérias sobre o tema: uma do Movimento Negro Unificado e outra da Central dos Movimentos Populares. A preocupação principal era não confundir o público acerca da nossa visão e concepção política, enquanto militantes negras. Desta forma, não poderíamos deixar de mostrar como o nosso povo se encontra no âmbito da produção e reprodução do capital.

Vá fundo na leitura e faça sua interpretação. O importante é ter como referencial sua história de vida, enquanto indivíduo e coletivo, que efetivamente sofre todas as consequências das políticas públicas e privada de exploração que regem este país racista chamado Brasil.